



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CAMPUS FLORIANÓPOLIS OU CENTRO CFH

DEPARTAMENTO ANTROPOLOGIA

CURSO ANTROPOLOGIA

Kalena Henckel Pacheco

Da relação museu e antropologia: História e pesquisas do
Museu de Arqueologia e Etnologia Professor Oswaldo
Rodrigues Cabral — UFSC.

Florianópolis

2024

KALENA HENCKEL PACHECO

Da relação museu e antropologia: História e pesquisas do Museu de Arqueologia e Etnologia

Professor Oswaldo Rodrigues Cabral — UFSC.

Trabalho Conclusão de Curso submetido ao curso de Graduação em Antropologia do Centro de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Antropologia.

Orientador: Prof., Dr. Gabriel Coutinho Barbosa.

Florianópolis, Santa Catarina

2024

Pacheco, Kalena Henckel

Da relação museu e antropologia: História e pesquisas do Museu de Arqueologia e Etnologia Professor Oswaldo Rodrigues Cabral – UFSC. / Kalena Henckel Pacheco ; orientador, Gabriel Coutinho Barbosa, 2024.

50 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Antropologia, Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Antropologia. 2. Antropologia . 3. MArquE. 4. relação antropologia e museus. I. Barbosa, Gabriel Coutinho. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Antropologia. III. Título.

Kalena Henckel Pacheco

Da relação museu e antropologia: História e pesquisas do Museu de Arqueologia e Etnologia Professor Oswaldo Rodrigues Cabral — UFSC.

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de Antropóloga e aprovada em sua forma final pelo Curso de Antropologia.

Local Florianópolis, 10 de junho de 2024

Coordenação do Curso

Banca examinadora

Prof. Gabriel Barbosa Coutinho Dr. (Orientador)
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. (a) Antonella Maria Imperatriz Tassinari
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof., Rafael Victorino Devos
Universidade Federal de Santa Catarina

Luciane Zanenga Scherer
Arqueóloga do Museu de Arqueologia e Etnologia Professor Oswaldo Rodrigues Cabral

Esse trabalho é dedica com amor e gratidão ao meu falecido pai, minha mãe e meu irmão, Jardel Wiliam Pacheco, Leide Henckel Pacheco e Brian Henckel Pacheco. E aqueles que fizeram parte dessa jornada.

AGRADECIMENTOS

Esse agradecimento é apenas uma fração da gratidão que tenho por aqueles citados aqui, eles fizeram parte do início, meio e fim, dessa caminhada. Meu reconhecimento por vocês que incentivaram e me confortaram nos momentos difíceis. Tenho consciência de que, sozinha, não chegamos tão longe quanto acompanhadas.

Agradeço imensamente à minha família, que foram minha base, meu incentivo e conforto nos momentos desafiadores. Minha mãe, uma mulher sonhadora e guerreira, que foi resiliente e forte, que não hesitou em nenhum momento para tudo acontecer. Ao meu irmão, Brian, pelas conversas, por cuidar da nossa mãe enquanto eu estudava em Florianópolis. Tenho orgulho do homem que você se tornou. Ao meu falecido pai, Jardel, que mesmo não acompanhando a trajetória completa, conseguiu vibrar intensamente com a notícia da minha entrada na universidade. Amo vocês!

Agradeço ao Felipe Fernandes, meu companheiro, que sempre acreditou em mim desde o início e mesmo quando havia 158 km nos distanciando, nunca deixou de apoiar minha escolha. Um dos meus maiores apoiadores dessa caminhada, esteve presente nos momentos de felicidades e nas dificuldades. Aos meus avós maternos, Deolinda e Jorge Paulo, que mesmo no começo não atendendo o que minha faculdade era, foram grandes apoiadores e sempre falaram com orgulho de sua neta. Tios e primos, que sempre estavam de braços abertos para as conversas e ajuda quando necessárias.

Aos Professores, Jeremy Deturche e Gabriel Coutinho, que aceitaram me orientar e foram compreensíveis a cada momento dessa escrita. Agradeço a eles por essa orientação, confiança e apoio. A Luciane Scherer, “Lu”, que além de participar da banca, foi minha supervisora do estágio dentro do MARquE. Lu, obrigada por me introduzir a esse mundo da antropologia física, pelas manhãs leves, os bons conselhos e risadas, esses dias ficaram marcados para mim.

A banca, Rafael Devos e Antonella Tassinari, por aceitarem ler meu trabalho e fazer parte da argumentação. As minhas colegas de curso e amigas de vida, que a UFSC me deu, em especial Giovanna Barros e Nicolle Andrade, os dias no campus com vocês foram incríveis. Aos meus amigos fora da UFSC, Samara Antunes, Taylor Cipriani, Talita Moreira,

Nathalyn Batista, Luiz Carlos, Vinicius Nascimento, Nathalia Círico, com eles nunca faltaram palavras de apoio e inspirações.

Por fim, agradeço a UFSC que nesses últimos anos me ensinou a ser mais do que uma antropóloga. Fecho essa trajetória, na universidade, outra pessoa. E não menos importante, a Deus, por me proporcionar os ensinamentos, bênçãos e crescimento emocional e espiritual nesse período.

RESUMO

Este trabalho tem como propósito refletir sobre as relações de ensino, pesquisa e extensão em Antropologia com o Museu de Arqueologia e Etnologia da UFSC (MARquE) — Oswaldo Rodrigues Cabral na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Avalio os processos de constituição do MARquE e a migração de alguns pesquisadores, que se encontravam no Museu, para outros departamentos, como forma de permanência na UFSC, devido a mudanças que ocorreram nos primeiros anos de instituição. Sigo as reformas que ocorreram na instituição refletindo sobre as relações entre museu e pesquisas de diferentes áreas da antropologia e as conexões dos pesquisadores com o museu e suas pesquisas.

Palavras-chave: Antropologia, Museu UFSC, ensino e pesquisa em antropologia.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to reflect on the teaching, research, and extension relationships in anthropology with the UFSC Museum of Archaeology and Ethnology (MARquE) - Oswaldo Rodrigues Cabral at the Federal University of Santa Catarina (UFSC). I evaluate the processes of the constitution of MARquE and the migration of some researchers who were at the Museum to other departments as a way of staying at UFSC due to changes that occurred in the early years of the institution. I follow the reforms that took place at the institution, reflecting on the relationship between the museum and research in different areas of anthropology and the researchers' connections with the museum and their research.

Keywords: Anthropology, UFSC Museum, teaching and research in anthropology.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Instituto de Antropologia — Finais da década de 1960.....	p. 44
Figura 2 - Equipe IA.....	p. 44
Figura 3 - Oswaldo Rodrigues Cabral.....	p. 45
Figura 4 - Prédios atuais do MARquE.....	p. 46

SIGLAS

ABA	Associação Brasileira de antropologia
CFH	Centro de Filosofia e Ciências Humanas
CIRU	Comissão de Implantação da reforma Universitária,
FCF	Faculdade Catarinense de Filosofia
IA	Instituto de Antropologia
LII	Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica
MARquE	Museu de Arqueologia e Etnologia Oswaldo Rodrigues Cabral
PPC	Projeto Pedagógico do Curso
PIBE	Programa Institucional de Bolsas de Estágio
SEPEX	Semana de Ensino Pesquisa Extensão e Inovação
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

SIGLAS.....	10
SUMÁRIO.....	12
Introdução.....	13
CAPÍTULO 1: ANTROPOLOGIA E MUSEU: SURGIMENTO DAS DISCIPLINAS E SUAS PRIMEIRAS PESQUISAS.....	19
CAPÍTULO 2: ANTROPOLOGIA EM SANTA CATARINA: RELAÇÕES DA ANTROPOLOGIA/UFSC E O MARquE/UFSC.....	28
CAPÍTULO 3: TEMPOS ATUAIS: DIÁLOGOS ENTRE A ANTROPOLOGIA E OS MUSEUS.....	40
CONCLUSÃO.....	47
ANEXO.....	50
REFERÊNCIAS.....	52

INTRODUÇÃO

Este trabalho é uma monografia de conclusão de curso de graduação sobre as relações que a disciplina antropologia tem com museus, sobretudo, com foco sobre a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e o Museu de Arqueologia e Etnologia Oswaldo Rodrigues Cabral (MARquE)¹. Ao entrar na UFSC em 2016, a minha busca por temas de estudos estava voltada à área biológica da disciplina. O meu primeiro contato indireto com o museu se deu em busca por temas relacionados à antropologia biológica, durante o evento da SEPEX/UFSC (Semana de Ensino Pesquisa Extensão e Inovação), após dois anos na universidade.

Meu primeiro contato direto com o museu ocorreu com a oportunidade de uma vaga de estágio no laboratório de arqueologia da instituição, em 2018. Havia me candidatado a uma bolsa de estágio PIBE (Programa Institucional de Bolsas e Estágio) voltada à curadoria com cerâmicas. Em 2019, mais especificamente no mês de abril daquele ano, a arqueóloga Luciane Zanenga Scherer² entrou em contato para tratar de uma nova bolsa de estágio³. Dessa vez, estariam trabalhando com ossos humanos prioritariamente. Esse tema em si estaria ligado à antropologia biológica que tinha me levado a ingressar no curso de graduação em antropologia na UFSC.

Fiz então parte do laboratório, com a supervisão da arqueóloga Luciane, sobre o projeto “Análise de perfil biológico em séries de esqueletos recuperados em Sambaquis do litoral de Santa Catarina”. Na época, minha tarefa era auxiliar a arqueóloga Luciane a testar metodologias para perfil biológico aplicadas na área de antropologia forense e bioarqueologia. Eu era a primeira estagiária presente no laboratório que cursava antropologia.

¹ Localizado, também, no campus de Florianópolis, ao lado do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH), na UFSC.

² Luciane Zanenga Scherer é Arqueóloga no MARquE/UFSC, possui graduação nos cursos de Educação Física e História, ambos na UFSC, com especialização em Paleopatologia, História e Evolução das Doenças Humanas pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz/RJ) e mestre em Arqueologia pelo Museu Nacional do Rio de Janeiro (MN/UFRJ) (2012). Ela integra a equipe do MARquE desde 2013, onde desenvolve ações de pesquisa em campo e laboratório, curadoria de acervos arqueológicos e auxilia pesquisadores que desenvolvem seus trabalhos com o acervo do museu, além de ter atuado, junto ao setor pedagógico, na formação continuada de docentes com o Curso EAD de Introdução à Arqueologia.

³ Para mais informações sobre a bolsa de estágio não obrigatório, como distribuição de vagas e regulamentos para bolsas referente ao ano de 2019, verificar o Edital n.º 010/PROGRAD/2018, Programa Institucional de Bolsas de Estágio (PIBE) 2019.

Conheci um pouco a trajetória do MARquE, desde o antigo Instituto de Antropologia (IA), que viraria Museu após alguns anos de funcionamento, no ano de 1970. As semanas passavam, fui me questionando sobre a relação que o ensino de antropologia na UFSC teria com o museu e percebendo certo distanciamento nas conversas que aconteciam durante meu período de estágio. Comecei lentamente a trazer o assunto para dentro das aulas, quando possível, e perceber também o distanciamento nas falas de meus colegas de sala e dos professores.

Sentia falta dessa relação nos estudos, pouco se falava sobre o que ocorria no museu nas salas de aulas. Em alguns eventos, falavam sobre o início da antropologia na UFSC, como o livro “Memórias da Antropologia no Sul do Brasil” de Sílvio Coelho Santos, Cecília Maria Vieira Helm e Sergio Alves Teixeira (2006), abordado na Parte Um — Antropologia em Santa Catarina. Além de comentários ao decorrer de alguns assuntos em sala de aula, que situavam os primeiros grupos e núcleos de estudo, mas não parecia haver muita interação para além. A arqueologia também foi um assunto no qual percebia ficar rarefeito nos debates, ela se encontrava, em especial, nas disciplinas em História⁴ e dentro do MARquE enquanto pesquisas.

A ideia dessa pesquisa é compreender as relações de interação do ensino e pesquisa em antropologia com o MARquE na UFSC. Durante o tempo que passei como estudante de antropologia e estagiária dentro do MARquE, buscando ter uma visão ampla dessas relações, com foco em como a antropologia se desenvolveu na UFSC, com o início das instalações do Instituto de Antropologia e como essa relação se encontra atualmente.

Vários momentos me levaram à escolha do tema desse estudo, desde o momento que entrei na graduação e, sobretudo, quando me tornei bolsista PIBE no MARquE. No primeiro contato, no início da graduação, tive certo choque de realidade com os temas disponíveis na área⁵, muitos deles pouco familiares aos meus colegas da graduação e até mesmo professores. Outro contato com o tema ocorreu no museu como bolsista, ainda que sem nenhuma intenção inicial de pesquisa.

⁴ O pesquisador/professor Lucas Bueno Reis, Doutor em Arqueologia, ingressou em 2011 no corpo docente da graduação de História na UFSC. Sendo o único a ter a formação em arqueologia até 2019, quando Juliana Salles Machado, também ingressa como professora no departamento de História (UFSC)

⁵ Aqui me mostro vulnerável ao tema enquanto a escolha. Entrei com uma perspectiva e me deparo com outra. Hoje entendo que faltou pesquisar a fundo os perfis curriculares das faculdades disponíveis. Mas durante o passar dos semestre a busca pelo tema foi contínua até chegar a este trabalho.

Na busca de entender melhor as conexões dos dois lados, o tema foi ficando mais claro com o passar dos dias. A busca pela antropologia biológica foi gradualmente se mostrando mais presente no museu, como a falta de uma comunicação falha entre a antropologia e o museu. Ao conhecer a trajetória do MARquE por meio de conversas de corredores e leituras, compreender como o ensino e a pesquisa em antropologia relacionam-se com o museu tornou-se o interesse para a minha monografia de fim de curso de graduação. Ter essa compreensão dos temas abordados, olhando o passado do museu e a perspectiva da antropologia em âmbito mundial, sendo que não trajetória de ambos na UFSC se encaminhou por caminhos parecidos.

Identificando assim quem estava no início do crescimento dos temas na UFSC. Como a antropologia está presente desde os primórdios com temas da antropologia clássica, como religião e parentesco, em outros cursos de ciências humanas, como a disciplina de Antropologia no Curso de Geografia e Etnologia do Brasil, no Curso de História, (Oliveira, 2018, p. 122), durante as atividades do antigo Instituto de Antropologia.

Sob a orientação de Oswaldo Rodrigues Cabral, que se tornou um grande nome para a Antropologia no Sul do Brasil, mais especificamente em Santa Catarina, veremos como se iniciaram as pesquisas do IA e como se desenvolveram, com seus assistentes, alunos e pesquisadores colaboradores ao instituto, durante e após as atividades do IA. Isso, em um contexto onde ocorriam mudanças na instituição em termos administrativos e políticos. Buscando entender quais caminhos foram tomados e compreender as novas posições da disciplina dentro e fora do museu, o trabalho mostra as trajetórias do museu e da antropologia que tomaram para se manter na universidade, e como ficaram os primeiros temas de pesquisas com o passar do tempo. (Barbosa & Oliveira, 2018; Labrador, 2010; Oliveira, 2018; Santos, 2006)

Proponho aqui contribuir para as discussões em andamentos sobre o tema por meio de uma análise dos processos que ocorrem no sul do Brasil, com base em uma visão focada na antropologia e no museu em Florianópolis. Desse modo, espero conseguir contribuir para o despertar de novos debates entre os dois mundos.

“Os cientistas sociais, de uma maneira geral, não tomam o museal como um possível objeto de estudo e, ao mesmo tempo, a produção museológica, gerada por profissionais de museologia, mantêm-se distanciada das Ciências Sociais. A troca de

conhecimento entre as áreas é reduzida e o diálogo quase inexistente.” (Chagas, 2005, p. 22)

Ao analisar os motivos desse “diálogo quase inexistente” e de como se chegou a este ponto, procuro apontar as dificuldades e os impasses que fizeram essa distância, a partir do caso do MARquE, entre o que um dia já esteve intimamente unido e, por fim, apontar novas brechas e iniciativas que fazem estes se olharem novamente para novas trocas de conhecimentos.

Inicialmente em 2019, a pesquisa estava programada para ser realizada no campus, com acesso direto ao museu e à estrutura do curso. Estar presente no campus, me possibilitaria a produção de dados e informações, como outros complementos. Contudo, em março de 2020, iniciou-se o primeiro *lockdown*, em Florianópolis e no restante do país, da pandemia Coronavírus (Covid-19)⁶, precisando reformular a metodologia do trabalho e me afastar do campus.

Os dados que planejava produzir presencialmente, mediante entrevista e leituras de livros e revistas publicadas pelo museu, precisaram ser realizados via internet. O primeiro contato com os materiais ocorreu gradualmente com os textos lidos em sala de aula e com as próprias referências destes, usando leituras secundárias, artigos, publicações em livros de comemorações, até mesmo outros TCCs de colegas que, de algum modo, abordaram o tema, para me auxiliar nessa coleta online.

Utilizei também filmagens gravadas e disponíveis na internet, sobre debates e conversas, bem como entrevistas que realizei, e que chamei de “momento de conversas sobre o museu e antropologia”, com pesquisadores do corpo docente dos departamentos de Antropologia/UFSC e de História/UFSC, além de servidor técnico do Museu/UFSC, todos eles com ligações com o MARquE e/ou com a Antropologia. Com uma estrutura de diálogo mais aberto, sem um roteiro estruturado, preferi deixar uma conversa mais livre sobre o assunto⁷.

⁶ A primeira informação do vírus é de dezembro de 2019, na China. Em fevereiro de 2020, começaram a surgir os primeiros casos no território brasileiro. Ao passar das semanas, os casos se multiplicaram, precisando de uma intervenção com isolamento. (Fonte: Sanar med)

⁷ Ao decorrer do trabalho, alguns dados foram perdidos das entrevistas. Para não as excluir da coleta de dados, usei as anotações durante e após gravações.

Esta monografia divide-se em três capítulos. No primeiro capítulo, traço como as pesquisas de antropologia se estabeleceram nos museus, no Brasil e no mundo, retomando os momentos históricos que levaram à criação dos primeiros museus e quais relações tinham com as pesquisas científicas. Acompanhando de que modo essas pesquisas começaram a se instalar nos museus com carácter científico na busca de recuperar as memórias coletivas das nações (Schwarcz, 1988). Na virada do século, as instituições que preservam, colecionam e classificam ganham força em todo mundo, inclusive, no Brasil.

Os museus nacionais são um marco importante para o início das pesquisas antropológicas em território brasileiro. Museus como Museu Nacional (1818), Museu Paulista (1894) e o Museu Paraense Emílio Goeldi (1866) nasceram a partir de doações de colecionadores e entusiastas ao tema de uma construção nacional brasileira. Sendo as primeiras coleções formadas por doação de elites locais e das pesquisas realizadas em campo, esses objetos foram usados por muito tempo para classificação evolutiva (Schwarcz, 1988; Oliveira; Santos, 2019; Gonçalves, 2007).

Conhecidos também como museus etnográficos, eles reuniam acervos sobre a cultura material associados a pesquisas com temas evolucionistas (Schwarcz, 1988, p. 91). Desempenhando um papel central na representação da cultura nacional, “os museus modernos não somente expressam como fabricam ideias e valores por meio dos quais as relações entre sociedades, grupos e categorias sociais são pensadas” (Gonçalves, 2007, p. 84).

O segundo capítulo tem como foco a estrutura inicial em Florianópolis, a Faculdade Catarinense de Filosofia (FCF). A formação inicial responsável pela FCF, tinha como base a expansão de conhecimentos para as elites culturais. Servindo assim “para a formação de professores para ensino secundário, que se encontrava em franca expansão” (Oliveira, 2018, p. 118). Como também a criação do mestrado e graduação na UFSC.

Com a criação da FCF, em 1955, deu-se início aos estudos voltados à antropologia no estado de Santa Catarina. As disciplinas eram ministradas nos dois primeiros cursos disponíveis da faculdade, nas áreas de História e Geografia, sob a orientação de Oswaldo Rodrigues Cabral. Com a influência de Cabral, criou-se um núcleo de estudos sobre antropologia. Assim, nasceu o Instituto de Antropologia (IA), em 1968, que se dividia em 3 áreas de pesquisa: Divisão de Arqueologia, Antropologia Física e Antropologia Cultural (Gondim, 2017, p. 54).

Com uma estrutura básica, o IA funcionava sob as orientações de Cabral e outros colegas pesquisadores, dispondo de uma biblioteca restrita e turmas pequenas. Os assuntos abordados eram ligados a temas 'clássicos' da disciplina, como religião e parentesco. Dando conta dos assuntos envolvidos na antropologia cultural.

“O instituto de Antropologia representava, sem dúvidas, nos finais dos anos 1960, a vanguarda em termos de ensino, pesquisa e extensão na área de Ciências Humanas, e quiçá, na própria Universidade. Era uma organização-modelo e podia rivalizar com outras organizações congêneres existentes no País.” (Santos, 2006, p. 36)

No terceiro e último capítulo, explorarei brevemente os dados produzidos pelas entrevistas ligando-os com os materiais históricos, trazendo para os dias atuais o diálogo presente entre a antropologia e o MARquE. Busca-se compreender as dinâmicas, relações e vínculos para relatar como estão sendo geridas as vivências e conexões, para uma confirmação do que fora apresentado e dialogar com o contexto histórico.

CAPÍTULO 1: ANTROPOLOGIA E MUSEU: SURGIMENTO DAS DISCIPLINAS E SUAS PRIMEIRAS PESQUISAS

As primeiras pesquisas antropológicas eram realizadas por pessoas que estudavam outras áreas interdisciplinares das ciências naturais durante as viagens. Em alguns casos, algumas pesquisas partiam de registros de alguns viajantes. Durante essas pesquisas ou viagens, foram trazidos objetos para colecionar, e também, como uma forma de estender suas pesquisas para além do campo. O ato de colecionar a partir de viajantes, historiadores e outros, que traziam objetos de suas viagens pelo mundo, gerou diversas coleções de estudo e exposição⁸.

Desse modo, essas pesquisas com coleções começaram a se instalar em museus já existentes ou levaram ao surgimento de novos museus, conhecidos como museus etnográficos, com o propósito de interpretar, exibir e preservar os objetos materiais. Os museus etnográficos se tornaram arquivos para o estudo de várias disciplinas. Classificar e comparar os objetos dos “outros”, com uma visão ocidental moderna, sob o ponto de cada fundamento do estudo⁹. Essa época ficou conhecida como a “era dos museus” (Gonçalves, 2007; Schwarz, 1988), onde a história, antropologia e museologia e outras ciências humanas estavam mais próximas nas pesquisas.

O ato de colecionar iniciou com o ocidente moderno, como uma forma de categorizar o pensamento, na intenção de uma construção do outro, sobre a visão do pesquisador. Gerar coleções a partir do ponto de vista em agrupar e até classificar o objeto dito “primitivo”. Conhecido como colecionismo, esse processo se transforma sobre as instituições e intelectuais, partindo do ponto de vista de quem os agrupa (Gonçalves, 2007). Essas

⁸ A chamada antropologia de gabinete surgiu nesse contexto. Pesquisadores analisavam objetos colecionáveis trazidos de viagem por outras pessoas, com o intuito de compreender a cultura. Nomes importantes para a disciplina de antropologia se destacam nessa categoria: Lewis Henry Morgan (1818–1881) e Edward Burnett Tylor (1832–1917), por exemplo.

⁹ Cada pesquisa realizada, tinha fundamentos como base para a produção de conhecimentos, no momento das primeiras pesquisas, se consolidaram duas linhas em destaque (entre o século XIX e o início do século XX). O evolucionismo visou entender a linha da história da humanidade, sem contextualizar com os fenômenos culturais de cada povo. Enquanto os culturalistas estavam em oposição ao evolucionismo, focando mais na diversidade e mudanças culturais que ocorreram. Não pensando linearmente, mas sim com ramificações que explicariam a história de cada povo como própria e particular.

pesquisas geraram no final várias instituições museológicas pelo mundo, que passaram a ser vistas para além da exposição de um mero agrupamento de objetos materiais¹⁰.

A perspectiva de estudar e expor os objetos nos museus trouxe os temas evolucionismo e difusionismo da antropologia para dentro dos museus e “esses paradigmas, com suas divergências e convergências, forneceram os modelos museográficos dos grandes museus enciclopédicos do século XIX” (Schwarcz 1998; Dias 1999, apud, Gonçalves, 2007, p. 17). Pois, se entendia em grande medida que colecionar seria uma forma de preservar o que estava predestinado a desaparecer com o passar do tempo. Assim, os objetos eram classificados sob essa visão ocidental moderna, a sua complexidade como modo de uso e os materiais usados para fazê-los.

Já outros pesquisadores viam os objetos como uma forma de transmissão de saberes, modificados a partir de suas necessidades e matéria-prima de fabricação, com um início em comum. Estudos como a funcionalidade e matéria-prima do objeto começaram a surgir, para tentar justificar o uso e a significação dos objetos utilizados nas sociedades. Não pensando na sua evolução entre as sociedades, mas na transmissão de saberes entre os seus membros.

Com as criações dos museus e suas exposições, antropólogos começaram a questionar quais as funcionalidades de cada objeto exposto, pensando o objeto além da visão evolucionista, mas sob a difusão dos elementos culturais que estão na mesma região. Com esse novo questionamento, destaca-se um dos grandes antropólogos, Franz Boas (1858–1942), que defendia a ideia da difusão moderada para de análise dos objetos (Boas, 2004). Boas mostra limitações dos métodos comparativos empregado pelos evolucionistas, que descontextualiza os objetos da sociedade, para isolar e classificar os objetos conforme a visão ocidental (Boas, 2004). Assim, ele propusera um novo método de estudo dos objetos na antropologia e uma revolução na exposição destes nos museus¹¹.

Sob essa perspectiva difusionista, a antropologia que estava crescendo sobre as fronteiras dos museus, iniciou novos estudos no qual o objeto era visado como parte da

¹⁰ Veremos sobre essa questão mais para frente neste trabalho.

¹¹ Boas entendia que os objetos e dados coletados durante as pesquisas etnográficas não serviam apenas para exibições, que os mesmos abriam novas possibilidades, como uma extensão das pesquisas, visando a formação de novas pesquisas antropológicas com museus que se voltavam à educação. Sobre os museus, Boas se posiciona contra o evolucionismo e teorias raciais que estavam sendo usadas nas instituições, ele deixa reflexões e orientações; desde organizar as exibições das coleções a avaliar sua eficácia pedagógica. (ROCHA; TOSTA. 2017) Iniciando uma nova era na antropologia, conhecida como “pós-boasiana” no século XX. (Gonçalves, 2007)

sociedade em que se encontrava, buscando entender seus usos, funções e significados. Nesse mesmo período, além de questionar as posições e significados dados aos objetos nos museus da época, muitos antropólogos se afastam gradativamente dos museus por questionarem os métodos de estudo vigentes. Com a antropologia “pós-boasiana”, os estudos da cultura material passaram por mudanças (Gonçalves, 2007).

Os museus, inicialmente usados para uma caracterização evolucionista, também são espaços de construção de saberes, dispendo um papel de passar os conhecimentos através dos objetos em exposição. Não só um espaço de colecionismo, mas “os objetos nele contidos são instrumentos de conhecimento que participam ativamente na produção do saber ao nível dos conceitos” (Dias, 2007, p. 128). Isso quer dizer que os museus também são moldáveis sobre sua perspectiva de metodologia e estudos.

Essas instituições constituem na verdade o locus de cruzamento de uma série de relações de ordem epistemológica, social e política, configurando-se como áreas estratégicas de pesquisa e reflexão para o entendimento das relações sociais, simbólicas e políticas entre diversos grupos e segmentos sociais, especialmente aqueles que se fazem presentes nos contextos coloniais e pós-coloniais. (Gonçalves, 2007, p. 23).

Esse período ficou marcado pelo afastamento gradual da antropologia dos museus, voltado-se a uma produção mais acadêmica, nos departamentos de antropologia recém criados nas universidades (Gonçalves, 2007). A antropologia passa a olhar a cultura material como uma rede de relações sociais e simbólicas, indo para além da sua forma em si. Pensando não mais só na cultura material, mas na sociedade como totalidade.

Os objetos vão ser interpretados com base num esquema teórico onde eles existiam não em função de estarem respondendo as necessidades práticas universais, nem com indicadores de processos evolutivos e de difusão, mas como meios de demarcação de identidades e posições na vida social. (Gonçalves, 2007, p. 19).

E, além da identidade do objeto, a visão do museu em questão também influencia na apresentação do objeto (Price, 2000), mostrando como cada instituição tem uma releitura do objeto exposto, se diferenciando nos detalhes da exposição como, jogos de luzes e etiquetas explicativas. Os museus, como espaço institucional, acompanham as dinâmicas simbólicas e sociais do meio em que se encontram, como parte de formação e transmissão de categorias

simbólicas e políticas nas relações sociais, desempenhando o papel de transmissão e formação das relações com os não ocidentais (Gonçalves, 2007). Assim, eles se configuram como um dos responsáveis pela formação da sociedade, enquanto identidade coletiva.

Foi nesse contexto que se deu o início dos estudos antropológicos no território brasileiro, com a mesma intenção de estudos sobre os objetos em museus. Os museus nacionais são um marco importante para o início das pesquisas antropológicas brasileiras. Antes da inauguração dos principais museus (Museu Nacional, Museu Paulista, Museu Paraense Emílio Goeldi), as pesquisas eram realizadas por estrangeiros, que tinham interesse na questão do homem sul-americano. No Brasil, essas pesquisas ainda estavam em fase inicial, ao passo que as pesquisas internacionais estavam se desenvolvendo com rapidez.

Três grandes museus brasileiros ficaram marcados e até hoje têm papéis importantes em âmbito nacional. São eles: Museu Nacional (1818), Museu Paulista (1894) e o Museu Paraense Emílio Goeldi (1866). Apresentados como locais de pesquisas para ciências naturais, envolvidos com pesquisadores estrangeiros, cada qual, com sua particularidade e foco de estudo.

“Inicialmente esse eixo temático seria orientado por uma perspectiva histórica — com ênfase no estudo da memória e identidade nacionais brasileiras e que contemplava o processo de Nation-building e a construção de símbolos nacionais — e também por algumas questões relacionadas ao pensamento social brasileiro, porém tendo como ângulo privilegiado o conhecimento de acervos e coleções de museus históricos e etnográficos.” (Motta; Tamaso, 2021. p. 09)¹²

Os museus não eram usados somente para questões antropológicas, mas para outras disciplinas e pesquisas voltadas às Ciências Naturais. A antropologia era uma das áreas nos museus,

Desde a sua fundação, no final do século XVIII, os museus estavam estreitamente ligados a saberes disciplinares. Em primeiro lugar à História Natural e à História da Arte, em seguida, ou seja, por volta de 1820–1830, à História, à Arqueologia e à Anatomia e, finalmente, a partir de 1850 à Geologia, à Paleontologia e à Etnografia” (Dias, 2007, p. 128)

¹² *Nation-building* em tradução livre “construção de nações”

Foi então que, ao final do século XIX, começaram a se instalar instituições com caráter científico local (Schwarcz, 1988), na busca de recuperar as memórias coletivas da nação. Na virada do século as instalações das instituições para preservar, colecionar e classificar ganharam força em todo mundo.

Os estudos iam além da antropologia, voltando-se também a zoologia, arqueologia, botânica, entre outras disciplinas. Tais estudos passaram por alteração de teorias e visões sobre os objetos, mudando a visão evolucionista para uma construção de nacionalidade, com padrões europeus. No Brasil, como mundialmente, também geraram os estudos sobre os paradigmas evolucionista e naturalistas nas pesquisas (Schwarcz, 1988). As primeiras instituições no país com coleções, dos quais muitas vezes eram da elite local e o que vinha das pesquisas realizadas por estrangeiros, eram usadas para mostrar as diferenças entre os objetos — sul-americano e ocidental. Conhecidos também como museus etnográficos, sobre a cultura material (Schwarcz, 1988).

Na época, o governo estava iniciando o interesse nas pesquisas científicas humanas e o financiamento para as mesmas eram baixos. A situação mudou com os novos paradigmas, fornecendo uma oportunidade de romantizar a história, a história da nação brasileira. Houve uma releitura das pesquisas europeias, em que os pesquisadores brasileiros conseguiram reformular para uma aplicação voltada ao país, começando uma nova construção de identidade nacional. Vale lembrar que, mesmo antes das pesquisas brasileiras começarem a aumentar rapidamente, já havia pesquisas de pesquisadores estrangeiros no território brasileiro em atividade.

Com o interesse em estudar os povos nativos brasileiros, muitos museus se tornaram centros de estudos e encontros para os pesquisadores. Onde muitos pesquisadores não brasileiros usaram suas instalações para continuidade das suas pesquisas, já que antes não tinham uma estrutura institucional acadêmica para esse fim.

Os museus tiveram um papel importante para as primeiras pesquisas no Brasil, com vínculos de pesquisadores estrangeiros. Esses museus fazem parte da construção da identidade nacional brasileira, sobre os estudos que ocorreram no seu interior e exposições, revistas e afins, como divulgação do resultado das pesquisas feitas (Schwarcz, 1988). Alguns desses museus, pode-se observar em outros estudos, mantiveram em certos momentos uma

postura mais evolucionista. No texto “Revendo o nascimento dos museus no Brasil”, a autora nos dá outro ponto de vista sobre eles,

Analisar os museus significa também compreender o acervo, as exposições e sua produção científica a partir dessas coleções. Uma observação desta natureza nos leva a perceber que, enquanto o Museu Nacional tinha uma postura racista, extremamente etnocêntrica, voltada à antropologia física de inspiração francesa, tão bem representada nas obras de um Paul Brocard, Quatrefages, etc., o Museu Paulista não estava preocupado com dados craniométricos, mas com uma abordagem voltada essencialmente à confecção de registros etnográficos, com destaque a itens da cultura material, procurando dar conta da universalidade e diversidade das técnicas, das instituições e dos comportamentos das sociedades ditas primitivas. Ora com um viés evolucionista, ora com um viés difusionista. (Elias, 1992, p. 142–143)

Com essa reavaliação da Elias (1992) dos museus fica evidente que as pesquisas ainda continuam com produções e teorias evolucionistas ou racistas, teorias estas que percorriam a produção de conhecimento da época. Os estudos mais presentes nesse período são em Antropologia Física, Anatomia Comparativa, Zoologia, Paleontologia, Arqueologia, moldados sob a perspectiva dos museus europeus.

Com as mudanças nas áreas de pesquisa, como os novos conhecimentos e as produções acadêmicas, foi necessário criar instituições específicas para compor a nova formação dos estudos, não seguindo o modelo europeu da época. No Brasil, ainda estavam escassos nesse período locais que fossem usados para estudos acadêmicos. Os pesquisadores utilizavam das estruturas dos museus e é a partir desse uso que surgem pós-graduações nos museus¹³, consolidando ainda mais as pesquisas e o campo da antropologia brasileira¹⁴. O crescente número de pesquisas e envolvimento nos estudos, os museus brasileiros tiveram uma importante participação na construção da imagem nacional brasileira.

Os estudos de antropologia têm se destacado pela profissionalização da disciplina, que junta os papéis de etnógrafo e antropólogo no âmbito acadêmico, mas se distancia das

¹³ Até o final de 1960, havia somente pós-graduação em Antropologia na Universidade de São Paulo (USP) e no programa de pós-graduação no Museu Nacional na UFRJ (1968). Nos anos 1970, foram criados programas na Unicamp e na Universidade de Brasília (UnB). Atualmente, há 32 Programas de pós-graduação e 52 de cursos de pós-graduação em antropologia (Fonte: CAPES, Plataforma Sucupira, acessado em 21/02/2024)

¹⁴ Os programas de pós-graduação começaram a ganhar força sob a perspectiva de avanço das tecnologias brasileiras e institucionais. Em 1965, o Ministério da Educação regulamentou esses estudos para além de um bacharelado, sobre o parecer 977 (conhecido como *Parecer Sucupira*). Tendo pela primeira vez uma formação institucional básica de pós-graduação brasileira, em âmbito geral das disciplinas, esse novo formato estava ocorrendo enquanto o país vivia um regime militar. A pós-graduação, se ligou aos museus após a reforma de 1968, com os recém-organizados departamentos. (Balbachevsky, 2005)

relações com os museus após os novos programas de pós-graduação (Gonçalves, 2007). As narrativas na produção científica começaram a ganhar reflexão sobre os debates que estavam em ascensão nos recentes departamentos de antropologia, criando uma nova identidade para a disciplina no país. O foco dos estudos voltava-se a uma situação cultural do território brasileiro, uma antropologia social, com novas estruturas acadêmicas nas universidades, não mais nos museus em si. Não há uma data específica de início aos estudos científicos humanos no Brasil. Parte-se do princípio que cresceram unificados e que após alguns anos, houve a necessidade de uma separação estrutural, criando-se então as cátedras e as pós-graduações.

A partir dos anos 1960, nas universidades, novos tópicos se tornaram mais evidentes, focando na interação social, parentesco, sistemas simbólicos e outros tópicos variados. Com a nova estrutura, muitos pesquisadores se deslocaram do museu para os centros acadêmicos, fazendo com que os estudos nas universidades ganhassem força. Tornando a antropologia não mais um estudo sobre objeto material, mas buscando as pesquisas em outros detalhes da cultura e outras formas de coletas de dados etnográficos — como diários de campo, observação participante, entre outros.

A antropologia brasileira passava por uma mudança significativa nesse período, de uma era de colecionismo para novas pesquisas não mais voltadas só à cultura material. Os novos estudos se voltavam a questões mais teóricas, metodologias e com deslocamento para o campo, saindo do “gabinete”, não somente análise dos objetos fora de seu contexto social. Muitos pesquisadores após essa mudança epistemológica se afastaram dos estudos sobre as coleções nos museus, já outros novos passaram a frequentar os museus durante suas especializações.

Nos anos 1980, houve uma reaproximação dos antropólogos com os museus, uma historicização da antropologia, após uma mudança ocorrida, também, dentro do campo acadêmico da museologia¹⁵. Como na antropologia, a museologia também estava passando por mudanças em suas linhas de pesquisas. Em 1968, na França, novos temas museológicos começaram a surgir após a grande guerra que ficou marcada no continente (2ª Guerra Mundial, 1939–1945). Após esse período, passou-se a questionar a visão européia que havia sido imposta ao desenvolvimento de patrimônio cultural, ficando restritos à preservação

¹⁵ Para compreender mais sobre a mudança da “Nova Museologia” e o que a levou a acontecer, veja: Padilha, R. C., Café, L., & Silva, E. L. da. (2014) e Sidélia S. Teixeira (2022)

cultural (Teixeira, 2022). Os museus então começaram a se caracterizar na busca de “compreender o homem”, priorizar a diversidade dos grupos sociais, buscando novas relações com as comunidades e compreensão da memória e da história do outro, mesma linha dos novos temas da antropologia (idem).

Com a criação dos museus no século XX, manteve-se guardados milhares de objetos, colecionáveis anteriormente, que puderam ser usados para outros fins de estudo. Se re-aproximando, a antropologia poderia estudar os objetos enquanto parte da história da disciplina (Gonçalves, 2007), utilizando o espaço do museu, os acervos guardados das pesquisas anteriores como objetos de estudo e compreensão. O foco ampliou-se dos estudos sobre contextos sociais do outro para os processos sociais, institucionais e políticos de apropriação que os objetos sofreram através das coleções, museus e instituições (idem).

Os museus começaram a representar, preservar as memórias e registrar as diversas tradições brasileiras. A partir de 1950–1960, os pesquisadores antropólogos brasileiros voltam-se com esse olhar para os indígenas e, em 1970, aos direitos cidadania, religiosa e cultural da minoria, (negros, indígenas, favelados, camponeses, outros), tornando-se uma disciplina mais reflexiva (Farias, 2008).

Muitos estudiosos da época, tinham uma vasta multiplicidade de atuação, participando de várias instituições ao mesmo tempo. Começaram a surgir nomes como Darcy Ribeiro¹⁶, pioneiros na formação da antropologia brasileira. Suas pesquisas voltados a conhecer o “outro” e contribuir para o entendimento do Brasil na totalidade, no processo histórico-cultural do país.

Sob essa nova perspectiva da antropologia brasileira, e as multi-facetadas dos pesquisadores, Darcy Ribeiro tinha como foco de estudos uma totalidade. Acreditava que a sociedade “através de um ponto poderia traçar o significado de cultura em sua totalidade” (Farias, 2008, p. 79) para alcançar uma compreensão e explicação dos processos culturais, já que o mesmo tinha preocupação com a cultura e identidade. Em 1952, é nomeado chefe da Seção de Estudos (SE) do Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Com suas pesquisas anteriores sobre os indígenas *Kadiwéu*, ele unifica, (re)organiza seus arquivos durante a atuação no cargo. Com base no Decreto-Lei n.º 10652, de 16/10/1943, que previa a criação de

¹⁶ Para maior compreensão de Darcy Ribeiro e o Museu do Índio ver trabalho de Sandra Martins Faria (2008) “Antropologia e Museus — Reciprocidades: O caso do Museu do Índio”.

um museu ligado a SE-SPI, é proposto a criação do Museu do Índio (inaugurado oficialmente em 1953). No qual tem como tarefa,

[...] lutar contra o preconceito ao indígena, que dificultava a compreensão do que é ser indígena e combater a imagem falsa (fabricada) destes povos, tal perspectiva atraiu atenção internacional, pois era o primeiro a ser especificamente destinado a combater o preconceito. (Farias, 2008, p.83)

O próprio Darcy Ribeiro comenta ainda,

Montado para desmoralizar e erradicar a idéia de que os índios são violentos e sanguinários, selvagens e brutais, malvados e astuciosos, (...). Ao entrar no Museu do Índio, o visitante sobe uma escadaria longa, olhando, obrigatoriamente, algumas dezenas de grandes retratos de índios e índias, adultos e crianças, todos sorridentes, belíssimos, o que já os predispõe a concebê-los como boa gente. (Ribeiro, 1998: 195-196, apud, Farias, 2008, p. 84).

Outros museus surgiram, como o Museu do Folclore Edison Carneiro (criado em 1968), que propunha uma contextualização dos objetos museais, com mais de 13 mil objetos. Este museu proporciona um pensamento crítico sobre o folclore e a cultura popular, trazendo uma “compreensão do contexto social no qual o artefato foi produzido seguindo a proposta expositiva de Franz Boas” (Farias, 2008, p. 28). Havia reaproximação das pesquisas com novas perspectivas e intenções. Novos museus começam a surgir em colaboração com aqueles segmentos da população cuja cultura ainda era o foco de preservação. Entre eles, como veremos no capítulo a seguir, surge o MARQUE/UFSC, que incorpora as novas perspectivas também.

CAPÍTULO 2: ANTROPOLOGIA EM SANTA CATARINA: RELAÇÕES DA ANTROPOLOGIA/UFSC E O MARQUÊ/UFSC

Enquanto as pesquisas estão voltadas às ciências humanas e naturais no país, em Santa Catarina, mais especificamente em Florianópolis, uma nova instituição estava em construção. Em 1951, foi instalada a Faculdade Catarinense de Filosofia (FCF)¹⁷, uma instituição inicialmente privada, com estudos voltados para Geografia e História em um único curso.

A faculdade não seria o primeiro núcleo de estudos voltado para as áreas sociais, pois, no mesmo período e até mesmo antecedendo-a, havia outras formações acadêmicas voltadas a elites no estado. Como base para expansão de conhecimentos para as elites culturais, envolvendo pessoas com importância social nos seus projetos, servindo assim como “formação de professores para ensino secundário” (Oliveira, 2018, p. 118), organização esta que estava em expansão na época.

A FCF contou também com outras formas de contribuições, como alguns recursos públicos, religiosos (idem). Se inspiraram muito e buscaram colaborações de outras universidades já fundadas anteriormente no país. A organização do corpo docente era mista, contando com professores estrangeiros e locais. Havia outros planos políticos para a FCF. Santos (2006) fala que houve apoio do político e estatal para além da instalação da FCF, visando a criação de uma universidade estadual¹⁸.

Demoraram aproximadamente dois anos para que a FCF fosse oficialmente aberta para as realizações das atividades previstas. Somente em 1954, foi liberado o funcionamento da FCF, que passou a ser considerada um núcleo de estudos de referência de Santa Catarina, ligado às elites culturais locais. Sobre a composição de professores, grade curricular e cursos, contou com recursos e influências na sociedade (Oliveira, 2018).

Encontramos entre os primeiros cursos criados pela FCF cátedras de sociologia, junto ao curso de filosofia, de antropologia cultural, junto aos cursos de história e geografia, de antropologia física no curso de geografia, e de etnografia do Brasil no curso de história (Oliveira, 2018, p. 120).

¹⁷ Veja “Fundo Faculdade Catarinense de Filosofia Catálogo” (2022)

¹⁸ O interesse em apoiar a criação da FCF estava relacionado a outro projeto de criação de uma universidade para o estado. O governador Bornhausen, ao final da sua gestão, apoiou financeiramente e assinou a Lei 1.363, de 29 de outubro de 1955, que criou a Fundação Universidade de Santa Catarina. (Santos, 2006). Planos para uma cidade universitária entre 1950/1960, que hoje é conhecida como Campus Trindade/UFSC.

Porém, somente em 1955 as aulas na FCF iniciaram de fato. No mesmo ano, o governo de João David Ferreira Lima apoiou a criação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), localizada no bairro Trindade da cidade de Florianópolis. Com intenção de unir em um só local, todas as faculdades espalhadas pela cidade. Com isso a FCF, seria a primeira ocupação da nova Universidade de Santa Catarina (Santos, 2006).

Um dos nomes que se destaca na dentro da FCF é Oswaldo Rodrigues Cabral (1903–1978). Cabral, como era mais conhecido, tinha sede de aprendizagem e curiosidades, além da sua primeira formação acadêmica em medicina. Freitas (2012) o considera um historiador com pretensão enciclopedista¹⁹. Enquanto Sílvio Coelho dos Santos o descreve como

[Cabral] um autodidata muito bem informado do que acontecia tanto no País como no exterior, em relação aos conteúdos programáticos de sua disciplina. Sua biblioteca particular abrigava os principais clássicos da Antropologia. (Santos, 2006, p. 23)

Ligado também a outras instituições²⁰, como o Conselho de Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil de Santa Catarina, Cabral tinha forte presença nas ações políticas do município. Na FCF, Cabral assumiu a cadeira de antropologia cultural, ficando também responsável pela disciplina de antropologia física, ministrada exclusivamente aos alunos de Geografia. (Santos, 2006). Outros nomes também se destacam com a criação da FCF

Silvio C. dos Santos, Walter F. Piazza, Anamaria Beck, M. Gerusa Duarte, Alroíno Eble. Fora da UFSC, mas vinculados à USP, Egon Schaden desfralda prestígio internacional. Ao lado desses pesquisadores merecem atenção os escritos de João Alfredo Rhor, Theobaldo C. Jamundá e Nelson Tomé. (Freitas, 2012, p. 3)

Em 1960, com a criação oficial e funcionamento da Universidade de Santa Catarina, a FCF passou por uma grande mudança, encerrando oficialmente as suas atividades, mesmo

¹⁹ Para saber mais sobre outros envolvimento de Cabral e sua trajetória acadêmica recomendo ler: Schemes (2013) ; Freitas (2012)

²⁰ Oswaldo R. Cabral fez parte das seguintes associações: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul; Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais; Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco; Instituto Histórico e Geográfico da Bahia; Instituto Histórico da Ilha Terceira, Açores; Instituto Cultural de Ponta Delgada; Ilha de São Miguel, Açores; Instituto Genealógico Brasileiro; Instituto Heráldico e Genealógico Brasileiro; Instituto Heráldico e Genealógico de São Paulo; Instituto Paulista de História da Medicina; Academia de Letras do Paraná e Academia de Letras do Piauí. (Freitas, 2012)

com o pouco tempo de funcionamento. A instituição passou a se denominar Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, na atual Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) (Santos, 2006).

Além da nomenclatura, a antiga FCF sofreu outras grandes mudanças por conta do novo cenário. Houve mudanças nas grades curriculares, aulas e professores, bem como na estrutura física do espaço, tornando-se ainda uma instituição federal²¹. Estava sendo criado o primeiro prédio no novo campus para o funcionamento da Faculdade de Filosofia no fim de 1960 uma nova sede, com salas mais amplas, auditório, biblioteca e afins. Ex-alunos incorporaram o novo quadro de docentes da Faculdade.

Sobre a influência de Cabral, nas aulas ministradas na antiga FCF, houve expansão de disciplinas. Criando a cadeira de antropologia e etnografia que abordasse temas relevantes para o período. Em 1961, Cabral acaba assumindo a direção da Faculdade de Filosofia

“(…) uma vez que o desembargador Henrique da Silva Fontes, até então seu diretor, havia ultrapassado 70 anos e não podia ser nomeado, segundo as normas vigentes na legislação federal. A indicação de Cabra foi feita pelos professores integrantes da congregação, órgão superior da Faculdade, que o consideravam dinâmico e competente administrador.” (Santos, 2006. p. 26)

Os docentes que ocupavam uma posição na FCF foram transferidos para outra posição em relação às cadeiras na nova faculdade. Como, o pesquisador e historiador Walter Piazza²², que passou a ministrar a disciplina de Etnografia, e o antropólogo Silvio Coelho dos Santos, aluno de Cabral até então, que passou a ser seu auxiliar de ensino e ajudante nas novas atividades.

No seu livro “Memória da Antropologia no Sul do Brasil”, Silvio Coelho dos Santos (2006) fala o quanto foi difícil assumir esse novo papel. Cabral se desdobrava em dar conta de todas as novas funções como diretor, mesmo com ajuda de Sílvio nas atividades extras. E

²¹ Em 18 de dezembro de 1960, formalizou-se a constituição da Universidade de Santa Catarina (só em 1965, o Federal seria incorporado ao nome). A instituição nasce da união de sete faculdades de Florianópolis (Direito, Medicina, Farmácia, Odontologia, Filosofia, Ciências Econômicas e Serviço Social) e da criação da Escola de Engenharia Industrial. Hoje, tem campos em outras quatro cidades: Araranguá, Blumenau, Curitiba e Joinville. (site: 60anos.UFSC)

²² Walter Fernando Piazza nasceu em Nova Trento, no Estado de Santa Catarina, em 06 de novembro de 1925. Participou da fundação do então Instituto de Antropologia da UFSC. Piazza envolveu-se diretamente com a Arqueologia, tornando-se em 1965 o coordenador regional do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA) no Estado de Santa Catarina. (Reis, 2021; Labrador, 2010)

também, como para ele, foi difícil conciliar as demandas de auxiliar de ensino e estudante: “substituir o professor Cabral em seus impedimentos não era nada fácil, dados o seu domínio dos conteúdos programáticos e a sua competência em envolver positivamente os alunos” (Santos, 2006, p. 27).

Com essa nova expansão de cadeiras, os professores tiveram pouco tempo e liberdade burocrática para continuar os estudos e pesquisas de campo. Mas, nenhum deixou de lado suas especializações, todos conseguiram terminá-las conforme as novas demandas. Não havia resistência de Cabral para os docentes saírem em busca de novas especializações. Em entrevista à EDUFSC (2006), Silvio comenta:

Quando eu manifestei ao Cabral meu desejo de realizar um curso de especialização, ele prontamente apoiou meu pedido, de modo que as atividades de ensino ficaram aos encargos dele e de seu assistente, o Prof. Walter Piazza. Logo depois vieram Anamaria Beck, Marcílio Dias dos Santos, Giralda Seyferth e Maria José Reis. Parece que Cabral visualizara a criação de uma equipe de auxiliares que posteriormente trabalharia em outras instituições, como foi o caso de Giralda Seyferth, que acabou se fixando no Museu Nacional (RJ). Ela havia estagiado nessa instituição, mas recebeu o convite para lá permanecer, e não encontrou resistência alguma por parte de Cabral. (Trecho da entrevista feita pela EDUFSC, em 2006, com Silvio Coelho dos Santos, p. 18)

Em entrevista para Bruno Labrador Rodrigues da Silva (2009, p 40), Anamaria Beck reforça o comentário de Silvio Coelho dos Santos, quando o mesmo pressupõe que “Cabral visualizara a criação de uma equipe de auxiliares que posteriormente trabalharia em outras instituições”. Segundo ela, Cabral também a apoiou na sua pós-graduação: “ele estava interessado em formar um grupo, uma equipe com pessoas especializadas em várias áreas.” (idem).

Enquanto Cabral estava envolvido nas atividades administrativas e tentando compreender as novas demandas, lutando ao mesmo tempo, para a ampliação e formalização do quadro de docentes da nova universidade (já que, em 1961, no primeiro ano da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, o quadro docente não correspondia por suas cadeiras), os professores estavam atuando dativamente (Santos, 2006).

Com o surgimento das novas cadeiras de antropologia, na faculdade de filosofia, foi necessária uma revisão sobre os assuntos programáticos. A disciplina, como Antropologia

Cultural, passou a englobar questões da origem humana e evolução humana²³. No primeiro ano, os alunos tinham aulas com Cabral; no segundo ano, as aulas eram ministradas por Silvio e, no terceiro, por Piazza, nos cursos de História e Geografia. (Santos, 2006, p 28).

Cabral, enquanto diretor da faculdade, deu início a algumas propostas administrativas, que deixaram muitos docentes desconfortáveis. Entre elas foi adquirir um relógio de ponto, já que com a nova legislação vinculada ao governo federal, os docentes precisavam de 18 horas semanais. Os docentes e servidores não gostaram das novas propostas e começaram a ver Cabral como um “dirigente autoritário”. (idem, p. 30). Em 1963, em uma de suas Congregações, o mesmo propôs uma nova estratégia que também não foi bem vista pelos demais. Com a maioria contrária à nova iniciativa, Cabral pediu renúncia do cargo no mesmo momento, mesmo sabendo da importância que esse cargo carregava. Ele foi o único diretor a fazer tal ação (Santos, 2006).

À época, diga-se, o cargo de diretor de uma Faculdade era importantíssimo, sendo a nomeação de competência do presidente da república. Cabral, porém, não voltou atrás. Na história da Universidade, foi o único diretor que renunciou à função, (idem)

Após a sua renúncia, Cabral retorna às suas atividades, voltando para Antropologia Física, com reconstituições de crânios, trabalhando junto à Piazza, no campo de arqueologia²⁴ (Santos, 2006). Piazza nessa época estava envolvido na implantação do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), em 1965. O programa ficou ativo entre 1965 e 1970 e construiu o primeiro panorama da pré-história brasileira. Piazza se envolveu com o programa em 1964, em um seminário que ocorreu no CEP/UFPR, ministrado por Betty Meggers e Clifford Evans. O projeto contava com ajuda nacional e estrangeira, com objetivo de uma maior descrição do povoamento no Brasil antes da colonização. (Reis, 2020; Gaspar, 2003).

Com as pesquisas em andamento e o envolvimento do PRONAPA, houve a necessidade de ampliação do espaço físico para abrigar as peças etnográficas e arqueológicas, bem como

²³ Na época os pesquisadores envolvidos nessa temática na região eram: Oswaldo Rodrigues Cabral (1903–1978), Edmundo Accácio Moreira (1914–1986), Pe. Alvino Bertholdo Braun, Jaldyr Bhearing Faustino da Silva (1914–1994). Na FCF, o Pe. Brauns inaugurou a cátedra de antropologia física. Braun também era professor no Colégio Catarinense.

²⁴Cabral não coordenou pesquisas arqueológicas, participou somente na ajuda da curadoria e reconstrução craniana em laboratório (Reis, 2021)

dar continuidade nas pesquisas no campus. Para tanto, Cabral, junto ao Piazza e Santos, apresentaram uma proposta de um novo local para abrigar as pesquisas para o reitor Ferreira Lima, em 3 de outubro de 1964.

Com a alta demanda, há uma carência de espaço e necessidade de ampliação do ensino. Propõe-se a criação de um Instituto de Antropologia (IA) que tivesse como foco, os temas de pesquisas de: Divisão de Arqueologia, Antropologia Física e Antropologia Cultura. A proposta estava vinculada à percepção de pesquisas essenciais que ocorriam na recente universidade, que forneceria um pioneirismo científico nestas áreas, consolidando-se como referência de ensino superior (Santos, 2006).

Somente ao final de 1965, o Instituto foi aprovado, através da resolução 089. As instalações do IA eram, inicialmente, simples e, até mesmo, precárias. O corpo docente contava com nomes de diversas áreas, como Sílvio Coelho dos Santos (antropólogo), Walter Piazza (história), Anamaria Beck (arqueóloga), entre outros. Contava também com a ajuda de outras instituições e pesquisadores fora do IA. Recebiam palestrantes, professores e pesquisadores, como Betty Meggers e Clifford Evans, em 1965. Nos primeiros anos, 1965 a 1967, o IA não contava com uma estrutura própria, funcionando junto ao Curso de História da Faculdade de Filosofia e Ciências e Letras da UFSC. Porém, já havia um espaço reservado para o novo projeto.

Com o crescimento das pesquisas e do próprio IA, foi designado o espaço onde se localizava a Fazenda Assis Brasil para realização de reformas da estrebaria²⁵. Abrigando o novo órgão ligado à UFSC para a expansão das atividades. A nova instalação servia não apenas para aulas, mas também para a “preservação do patrimônio arqueológico e para garantir a defesa dos indígenas, além de prover a preparação adequada de novos recursos humanos” (Santos, 2006, p. 33). Em 1967, o Instituto foi criado, após muitas tentativas de obtenção de recursos financeiros, a inauguração oficial aconteceu dia 29 de maio de 1968 (Santos, 2006).

As novas instalações contaram com sala de aula, laboratórios, auditório, secretaria, gabinetes, depósito para material, entre outros tantos espaços. O corpo docente, em 1967, tinha regime de 18 horas semanais e era formado por: Anamaria Beck, Gerusa Maria Duarte,

²⁵ Inicialmente a estrebaria da fazenda foi o primeiro local físico do IA. Após os anos e as reformas universitárias, o espaço ganhou ampliação para as novas demandas.

Édison Medeiros Araújo, Silvio Coelho dos Santos e Oswaldo Cabral. (Santos, 2006; Labrador, 2010). Apesar da infraestrutura, Piazza relata que não havia ajuda de financiamento da universidade e, em alguns casos, a sala prevista para uso era ocupada por outra pessoa. Por isso, até levar trabalho para casa chegou a fazer, para dar continuidade às pesquisas (Reis, 2021; Labrador, 2010), O Instituto produziu o que foi chamado de “*Anais do Instituto de Antropologia*”, com primeiro número publicado em 1969. Os Anais do Instituto eram periódicos que tornavam públicas as informações sobre as atividades que estavam sendo realizadas na instituição, como pesquisas, docência, cursos de extensão e outros (Santos, 2006). Em pouco tempo, o instituto apresentou grande importância na Antropologia. Segundo Coelho dos Santos, o IA seria:

“[...]a vanguarda em termos de ensino, pesquisa e extensão na área de Ciências Humanas e, quiçá, na própria Universidade. Era uma organização-modelo e podia rivalizar com outras organizações congêneres existentes no País (Santos, 2006, p. 36)

Em 1969, ocorreu uma nova reforma universitária, sob o decreto 64.824, de 15/07/1969, a qual extinguiu cátedras e criou centros e departamentos de ensino (Santos, 2006). Com esse novo decreto, as estruturas universitárias mudaram drasticamente. O IA não conseguiu se manter, virando Museu. Tal mudança, conforme avisaram Cabral, seria uma forma de salvar seu projeto. Com a nova nomenclatura, as pesquisas se mantiveram ativas e com certa independência sobre o recém-criado departamento de Sociologia (Santos, 2006). Entretanto, “foram apenas dois anos de atividades que antecederam sua transformação em museu e sua descaracterização enquanto um locus de pesquisa e ensino no campo antropológico” (Barbosa e Oliveira, 2018, p. 45).

Em 1970, o Instituto de Antropologia passou a ser chamado de Museu de Antropologia. Com essa mudança, os pesquisadores presentes no IA foram realocados para permanecer na UFSC. Novos centros foram criados no campus, mobilizando os pesquisadores a assumir as disciplinas nos departamentos. Cabral, após as implantações, não aguentou as incongruências do seu projeto inicial (Santos, 2006) com as novas funções atribuídas pela Comissão de Implantação da Reforma Universitária (CIRU) para o então museu. Por conseguinte, ele acabou pedindo demissão, voltando-se aos estudos em casa. Silvio Coelho dos Santos (1938–2008) tornou-se diretor entre 1970 a 1975. Em 1973, o museu se integrou como um

órgão suplementar vinculado ao gabinete do reitor (Sílvio, 2006). Nesse mesmo ano, Cabral teve aposentadoria compulsória.

Com as novas normas do CIRU, o museu passou por mudanças internas. Coube aos pesquisadores se responsabilizar pelas exposições, como ordenavam as novas normas. Exposições estas que representavam a cultura local do ponto de vista etnográfico e arqueológico. Além disso, muitos pesquisadores ligados ao IA afastaram-se por conta das altas cargas letivas.

Com o aumento das visitas às exposições, os pesquisadores se viram em uma situação na qual não tinham familiaridade nem espaço físico para atender ao público geral. Santos fala que “a crescente presença do público para conhecer as exposições, que eram pequenas e restritas aos materiais coletados em sítios arqueológicos e em áreas indígenas, motivou o convite para Franklin Cascaes passar a atuar no Museu” (Santos, 2006, p. 45).

A estrutura física disponível não suportava mais as doações e novos temas de exposição. Em 1971, foi enviada uma solicitação para a construção de um novo prédio. Fazendo com que esse novo espaço, comportasse todas as novas demandas. Um documento intitulado “Um Museu para Santa Catarina” oferecia detalhes sobre o projeto de ampliação (Santos, 2006, p. 43). A coleção Elizabeth Pavan Cascaes foi incorporada em 1974, tendo como tema a cultura açoriana, o que conferiu maior visibilidade ao museu, com apoio financeiro do município (Santos, 2006).

Nesse período, havia uma rede de apoio entre os alunos e os pesquisadores de antropologia, o que aumentou a rede de contatos com outras universidades estrangeiras, consolidando as pesquisas para valorização e reconhecimento do grupo. Isso motivou iniciativas em outros centros de ensino de Antropologia pelo estado, como Joinville²⁶ e Itajaí²⁷. Com as novas demandas, os docentes se afastaram das pesquisas internas com o acervo do museu.

Além disso, enfrentaram maiores dificuldades burocráticas para obter autorização para participar de qualquer outro meio de estudo, como palestrante ou estudante, pois precisava ser aprovado antes pelo departamento de sociologia:

²⁶ Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (MASJ)

²⁷ Museu Etno-Arqueológico de Itajaí

A lotação e a conseqüente subordinação dos professores do Departamento de Sociologia foram motivos permanentes de tensão, que se manifesta no dia-a-dia nas relações com os colegas professores de Sociologia. Qualquer projeto de pesquisa, para ser executado, ou afastamentos para congressos ou para a realização de cursos de pós-graduação passaram a ter que ser aprovados pelo Departamento. O mesmo acontecia com a distribuição das cargas de aulas. Devido à expansão das matrículas, rapidamente ocorreu a ampliação do número de professores. A área de Sociologia passou a ter um contingente de professores bem maior que a de Antropologia. As votações eram sempre difíceis, e nem sempre os argumentos dos antropólogos, valorizando as atividades de pesquisa e a competência, eram aceitos. Como dado positivo decorrente desta situação, ocorreu a consolidação, por contraste, da identidade do jovem grupo de antropólogos. A coesão interna do grupo passou a ser sua tônica. (Santos, op. cit. 2006, p. 39 *apud* Labrador, 2010, p. 58.)

Ressalto que nesse período, os estudantes e docentes estavam em produção acadêmica. Em 1972, aconteceu o Primeiro Encontro de Professores de Antropologia do Sul. Isso resultou em um compromisso dos participantes com os povos indígenas e também com o projeto de criação de uma pós-graduação no sul do país, o que não foi aceito naquele momento (Santos, 2006). No mesmo ano, surge um novo curso em Estudos Sociais. Em 1974, sob influência do grupo de pesquisadores da UFSC, ocorreu um histórico encontro da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) na UFSC, o que influenciou a reabertura da associação. Entre os organizadores, estão os nomes de Silvio Coelho dos Santos, Anamaria Beck, Maria José Reis e Alroíno Baltazar Eble, pesquisadores que tiveram participação no antigo IA (*idem*).

Em 1975 o Departamento Sociologia passa a se chamar Departamento de Ciências Sociais, incorporando outros cursos que a Faculdade de Filosofia abrigava (*idem*). É nesse contexto de encontro da ABA que a área de antropologia se firma no cenário da universidade. Com esse impulso aos estudos e reconhecimento dos esforços, é proposta em 1976 a criação de uma pós-graduação em antropologia. Por meio da Portaria 061/76 de 27 de fevereiro de 1976, designou a supervisão (coordenação) do novo curso a Silvio Coelhos dos Santos (*idem*).

No primeiro semestre, as aulas foram ministradas no Museu de Antropologia, enquanto outras áreas do curso estavam anexadas à biblioteca até o Departamento de Ciências Sociais conseguir organizar uma área razoavelmente adequada, segundo Santos (2006). Com essa nova estrutura, ocorreu mais um afastamento da parte dos docentes com o Museu de Antropologia e uma aproximação dos estudantes com a pós-graduação, assumindo uma maior

interdisciplinaridade na proposta dos seus trabalhos. Os estudantes que ingressavam seguiam as seguintes linhas de pesquisa: Antropologia da Educação, Antropologia Aplicada, Sociologia e outros.

Em 1978, houve mais uma mudança na nomenclatura do Museu, que passou a se chamar Museu Universitário, por conta da resolução n.º 065 (Labrador, 2010). As mudanças não se limitaram à nomenclatura, mas a certas atividades. A principal atividade passou a ser a preservação dos acervos, fazendo com que o museu começasse a receber acervos de diversas pesquisas realizadas no Estado. Além disso, o museu se volta a “exposições, visitas ao acervo e outras atividades museológicas [que] deveriam atrair o público para o seu interior” (Labrador, 2010, p. 58).

A pós-graduação estava sendo um sucesso, vários estudantes de diversas cidades, até mesmo fora do estado estavam ingressando para realizar suas pesquisas. As ampliações do campus estavam rapidamente aumentando. Um novo projeto foi cogitado, o mestrado em Ciências Sociais com opções em Sociologia e em Antropologia, para unificar as pesquisas. Há uma aproximação gradativa entre os departamentos de Antropologia e os professores do Departamento de Sociologia. O grupo que estava desde o começo junto, passando por cada obstáculo e mudança, começa a se dispersar em 1980, pelas demandas administrativas (Santos, 2006),

desde os meados dos anos 1980, foi ficando claro que as duas áreas que integravam o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais caminhavam para a separação. [...] em 1985, o processo de seleção para os cursos de mestrado em Sociologia e em Antropologia foi realizado em separado pela primeira vez. [...] À mesma época, foi criado o Departamento de Antropologia através da Resolução 04/ CUN/ 96 de 27 de fevereiro de 1996. O antigo Departamento de Ciências Sociais tomou o nome de Departamento de Sociologia e Ciência Política, que continuou a manter o Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. (Santos, 2006, p. 63)

Depois que alguns anos com baixas atividades de pesquisas no Museu Universitário, em 1980, um novo projeto chega ao Museu, “*O povoamento pré-histórico na Ilha de Santa Catarina*”, financiado pelo órgão Federal de Incentivo à Pesquisa (FINEP).

Este projeto se transforma em um marco importante na retomada das atividades de pesquisa do museu, o que definitivamente rompia com a resolução de 1978, a qual extinguiu a atividade de pesquisa no museu. A partir deste projeto, os demais setores do museu tiveram subsídios para desenvolverem seus próprios projetos de pesquisa.

Outra importante mudança que ocorreu no Instituto é que a partir de 1989 este passou a realizar relatórios de impacto ambiental correspondentes à faixa litorânea do estado de Santa Catarina e manteve convênio de colaboração científica com o Instituto Anchieta de Pesquisa — UNISINOS, em São Leopoldo no Rio Grande do Sul. (Godim, 2017, p. 55–56)

As pesquisas ganharam força no Museu na década de 80, com iniciativas privadas. Mas, o museu continuava com deficiência em pessoas qualificadas e recursos. Em 1993, o Museu passou a incorporar o nome do seu idealizador, “*Museu Universitário Professor Oswaldo Rodrigues Cabral*”, uma homenagem aos vinte e cinco anos de atividades,

Nos 28 anos decorridos desde a sua criação, o MU prestou relevantes serviços às comunidades universitária, local e catarinense de uma maneira geral. Dentre as atividades que desempenhou destacam-se as inúmeras pesquisas nos campos da Arqueologia, Etnologia e Cultura Popular, diversos cursos extracurriculares sob a responsabilidade de professores convidados de outras universidades do país e do exterior, e o engajamento de seus diretores na luta pela preservação do patrimônio cultural de Santa Catarina, bem como pelos direitos das populações indígenas. (Plano Museológico do MARquE, 2016, p.10)

Ao mesmo tempo, em que o museu volta gradualmente às suas atividades arqueológicas na década de 1980, a pós-graduação de antropologia continua suas pesquisas e ganhando confiança dos povos indígenas da região. Essa relação vinha ocorrendo havia quase duas décadas, desde pesquisas junto aos Xokleng, em 1963 (Santos, 2006), relacionadas à reivindicação das suas terras e cujo relatório de campo e objetos integram o acervo do MARquE. A partir disso, os Xokleng e Guarani passaram a frequentar com regularidade a instituição. A antropologia estava cada vez mais ampliando seus estudos relacionados aos direitos de outras minorias, ampliando ainda mais as pesquisas abordadas na instituição (Santos, 2006).

Nas últimas décadas, após anos de estreitamento das relações de confiança entre pesquisadores da UFSC e povos indígenas, estes começaram a frequentar a instituição como estudantes. Com o aumento de alunos indígenas nas salas de aula, houve um interesse em um curso voltado às comunidades indígenas, com foco nos seus interesses. Em 2011, criou-se graduação intitulada Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica (LII). Com a primeira formatura em 2015. Para tanto, foi fundamental a intensa mobilização e o esforço de docentes e técnicos da universidade, muitos destes pertencentes ao MARquE, como a antropóloga Maria Dorothea Post Darella.

O curso Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica resulta de abrangente construção e trabalho em equipe interdisciplinar e interinstitucional junto aos povos indígenas, no cenário da educação escolar indígena, a partir de Santa Catarina. O processo de conhecimento e atuação relacionado à educação superior indígena, consubstanciou-se na UFSC no ano de 2006, com a criação do Grupo de Trabalho Educação Superior Indígena (GT), incorporado posteriormente à Comissão de Política de Ampliação de Oportunidades de Acesso Socioeconômico e Diversidade Étnico-Racial para Ingresso na UFSC/Processo Vestibular. (Projeto Político Pedagógico Do Curso Licenciatura Intercultural Indígena Do Sul Da Mata Atlântica (Guarani, Kaingang E Laklânô-Xokleng), 2015, p.8)

Atualmente, a UFSC possui uma graduação em Antropologia, criada em 2009, junto com um curso de graduação em Museologia. Até então, as disciplinas e matérias de Antropologia estavam dispersas em outros cursos de graduação do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH) da UFSC. O aluno que tinha interesse em cursar antropologia poderia fazê-lo somente no mestrado. No projeto de curso de graduação, percebe-se o aumento da demanda e autonomia da disciplina.

[...] a área de Antropologia no Brasil passou a considerar não apenas oportuna, mas sobretudo interessante a criação de Cursos de Bacharelado em Antropologia como forma de ampliar, dinamizar e aprofundar a formação oferecida na área, já absolutamente consolidada no país a nível de Pós-Graduação — e, aliás, altamente reconhecida por todas as agências de avaliação e fomento, nacionais e internacionais. (Projeto de Curso em Antropologia, 2009, p. 8-9)

Nesse mesmo período, o museu passou por profundas transformações e melhorias em sua estrutura. As antigas salas de exposição do museu foram fechadas, para dar lugar à construção de um novo pavilhão, intitulado “Pavilhão de Exposição Antropólogo Silvio Coelho dos Santos”, que comportasse salas adequadas para a exposição e preservação de seu acervo. Houve a contratação de servidores técnicos especializados em suas áreas de atuação. Foi criado um setor com caráter educativo, voltado ao atendimento do grande público, além do público escolar. U. Outro marco do Museu, nesta nova fase, foi a consolidação de marca e identidade, voltada a um perfil mais museológico. Em 2011,

[...] o corpo técnico e os gestores do Museu, juntamente com a Sigmo/UFSC27 (Significação da Marca, Informação e Comunicação Organizacional), do Centro de Comunicação e Expressão, iniciaram um trabalho de desenvolvimento da nova identidade do Museu. Foi escolhido o nome “Museu de Arqueologia e Etnologia Professor Oswaldo Rodrigues Cabral (MARquE)” que atualmente designa o perfil

museológico e as atividades da Instituição. Em 2012 o novo nome foi aprovado pelo Conselho Universitário da UFSC e o Pavilhão de Exposição Antropólogo Silvio Coelho dos Santos foi aberto ao público em abril do mesmo ano. (Plano Museológico, 2016, p. 10).

CAPÍTULO 3: TEMPOS ATUAIS: DIÁLOGOS ENTRE A ANTROPOLOGIA E OS MUSEUS

Como vimos anteriormente (capítulo 1), houve uma “desconstrução” das disciplinas sociais e novos horizontes de estudos surgiram, impossibilitando descrever todas as novas áreas de estudos após este período. As instituições museológicas passaram de um local de exposição, enquanto demonstração ou conservação dos objetos, e passaram a ser o que Gonçalves (2007) chamou de *locus*²⁸ de cruzamento de uma série de relações de diversos grupos e segmentos sociais.

Os museus, para a antropologia, passaram a ter um novo significado para as pesquisas, permitindo perceber os processos sociais e simbólicos por meio dos objetos. Novos entendimentos, novas formas de exposição, novas configurações, entre outras mudanças. Relembro trecho do texto “Objetos de Artes e Artefatos Etnográficos” (2000), em que Sally Price traz a crítica ao olhar do conhecedor comum que visita um museu, o qual já tem um “pré-conceito” sobre os objetos por conta da sua visão ocidental. É a partir desse trecho do artigo que trago o conceito de Gonçalves (2007) sobre o “olhar invisível e o visível”.

Segundo Gonçalves (2007), a relação da antropologia com colecionismo passa de uma antropologia evolutiva (século XIX) para uma antropologia social e cultural (século XX). Há o questionamento de como a transformação de “artefatos tribais” para “objetos etnográficos” (idem), desde sua aquisição às suas formas de exposição. Estratégias diferentes foram acrescentadas em algumas exposições, mostrando além da estética (visível) do objeto, o significado (invisível), permitindo deixar as exposições mais interativas e fugir de um olhar categorizado pelo histórico e cultural ocidental (idem).

Com o surgimento da Nova Museologia e de novas ideias no campo antropológico, surgiram museus com características mais sensíveis ao social. Conhecidos como ecomuseus, museus comunitários, museus colaborativos, que trabalham em conjunto na conservação e produção de conhecimento. Notável nesse ponto é que mesmo com as aproximações e distanciamentos ocorridos anteriormente, os campos da antropologia e da museologia são similares na maioria do tempo, até mesmo se confundem em alguns aspectos, somente se diferenciando em momentos específicos.

Por meio de crescentes movimentos sociais, reivindicações e críticas, os povos tradicionais passaram a ter mais reconhecimentos e reivindicar seu lugar na sociedade. É a partir desse ponto que a função social é colocada em prática, Dias (2007, p. 126) fala que

[...] os museus etnográficos parecem estar num estado de crise permanente que se

²⁸ Grifo do autor

manifesta nos países europeus através da sua renovação ou transformação radical. São numerosos os debates, as mesas-redondas e os colóquios dedicados ao presente e ao futuro dessas instituições.

Os museus e os pesquisadores sociais, começaram a trabalhar com os povos tradicionais, por conta da nova mudança que ocorreria nos estudos sociais. Abrindo novas práticas e dinâmicas aos museus antropológicos e etnográficos, passou-se de um lugar de documentação e colecionismo para um espaço dinâmico e vivo, onde os dois lados cruzam conhecimentos, o que foi chamado de “Museu Colaborativo”.

Com as novas práticas, abriram espaço para os novos museus, conhecidos por sua visibilidade e pela autonomia dos povos tradicionais, como o Museu Magüta do povo Indígenas Tikuna, e o Museu Kuhai do povo Indígenas Oiapoque, criados por iniciativas próprias. Russi e Abreu (2019) ressaltam ser a partir de 1990 que inaugura esses modelos de museus e que são “importantes iniciativas de organização política desses povos e de reverberação de suas vozes” (Russi e Abreu, 2019, p. 22, apud, Cury, 2013; Françoze; Van Broekhoven, 2017; Lima Filho; Athias, 2016).

A organização e mobilização desses povos deram mais visibilidade política, cultural e reconhecimento a eles, principalmente territorial, bem como também estreitaram o contato com grande público²⁹ da região. Estes museus podem ser considerados locais de resistência ou “zonas de contato” (Clifford, 2016). Utilizo o termo que Clifford empregou quando estava em uma reunião no Museu de Arte de Portland (1989) para maior compreensão do museu como um local transcultural e interdisciplinar. O museu quando integrado com os conhecimentos dos povos tradicionais se tornam um *locus* de conhecimento e convívio, procurando uma harmonia entre os envolvidos, com novos objetivos em comum, retrabalhando uma relação antes já existente³⁰.

O Museu Magüta encontra-se na comunidade Povo Porto Lima, na cidade de Benjamin Constant (Amazonas/AM), local de encontro das lideranças das comunidades ao redor, em suas reivindicações por saúde, demarcação de territórios e educação. Para a conquista da estrutura do museu, que abriga artefatos coletados e doados pelas comunidades, houve articulação das lideranças e apoio externo.

Inicialmente, o museu passou por dificuldades relacionadas a recursos financeiros e estrutura muito limitados, tratando-se de uma instituição sem fins lucrativos. Para atrair a atenção do grande público e, até mesmo, das instituições, o Museu Maguta passou a realizar eventos sociais para manter-se em funcionamento. Para a continuação do museu, foi preciso vincular-se a outros órgãos: “Universidade Federal do Maranhão (UFAM), Prefeitura, Secretaria de Cultura, Universidade do Estado do Amazonas, Museu Nacional do Rio de Janeiro e as Organizações Indígenas do Alto Solimões” (Coelho, 2023, p. 35). O

²⁹ Como “Grande Público” uso o termo para diferenciar aqueles que não estão categorizados por algum conceito fora da sociedade acadêmica, considerando toda população que não há vínculos com os temas diretamente.

³⁰ Existente enquanto uma via de mão única, não dupla. A relação já existia, mas só um tinha voz, após as mudanças o “outro” começa a ter uma voz ativa e participativa.

museu só foi reconhecido depois de muitas lutas por seus direitos e processos de demarcações territoriais.

Em 1994, o capitão geral Pedro Inácio Pinheiro, dirigente do Conselho Geral da Tribo Ticuna (CGTT), expressava:

O Museu do Centro Magüta é importante para nós, porque nele vai ficar guardada a cultura do nosso povo, para o futuro dos nossos filhos e netos. É importante, também, para os brancos conhecerem nossa arte, nossa ciência, para compreenderem que os Ticuna são gente que tem história, que tem cultura, que tem sua própria língua, como qualquer outro povo que existe no mundo. Para os Ticuna, o Centro Magüta é como a nossa terra sagrada, o Evaré (Benzi Grupioni 1994:270 apud Roca, 2015, p. 129)

Nesse mesmo sentido, o Museu Kuaí também se constituiu e mantém como um local de resistência e visibilidade das culturas dos povos tradicionais. A idealização do museu se deu em 1997, após uma viagem ao exterior, com apoio da (ex) deputada Janete Capiberibe, para dar mais visibilidade às culturas indígenas da região de Oiapoque (Amapá/AP). Inspirado em outros museus com envolvimento indígenas (como o Museu Maguta e Museu Emilio Goeldi), o museu Kuaí daria mais visibilidade aos artefatos produzidos pelos povos indígenas da região de Oiapoque, sendo também uma possibilidade de mercantilização de artefatos produzidos por eles.

Com a proposta de ser um museu dos índios, o Museu Kuaí demorou alguns anos para ser oficialmente inaugurado em 2007. Segundo Vidal (2008, p. 111), “o museu tem por finalidade dar visibilidade à diversidade sócio-cultural dos povos indígenas do Oiapoque das etnias Galibi Kali’na, Galibi Marworno, Karipuna e Palikur e promover a igualdade cultural entre a população do município de Oiapoque.”

Na pesquisa da Abreu (2022), a pesquisadora analisa oito museus que têm relações com povos indígenas. Destaca-se que o MARquE é o único museu no sul do país avaliado na pesquisa. Ela mostra que foi a partir de 1990 que se intensificou a relação entre o museu e os povos indígenas da região. O MARquE manteve e desenvolveu atividades colaborativas com os Guaranis, Kaingang e Laklãnô-Xokleng. Os contornos dessa relação foram ficando mais definidos, segundo Russi e Abreu (2019), a partir das experiências expositivas nas últimas décadas, sendo a última a exposição “tecendo saberes pelos caminhos Guarani, Kaingang e Laklanô-Xokleng”, realizada entre 2017 e 2018.

Os crescentes trabalhos envolvendo os povos indígenas junto ao MARquE não se limitam somente às últimas décadas. Outras pesquisas estavam em desenvolvimento antes da instituição virar museu, ainda nos tempos do Instituto de Antropologia. Ali, outros pesquisadores já trabalhavam com os povos indígenas (Santos, 2006; EDUFSC, 2006). É com a mudança durante a história do atual museu que as atividades de ensino em Antropologia se afastaram do espaço físico do MARquE. O mesmo não pode ser dito a respeito das atividades de pesquisa e extensão, nas quais se destacam a atuação de técnicos do MARquE, notadamente, como Maria Dorothea Post Darella.

Segundo a Entrevistada 1³¹, o ingresso de Gelci José Coelho (Peninha) em 1976 para as atividades museológicas mudaram as exposições e acervo do museu. Novas atividades começaram a se relacionar com o acervo e outras atividades museológicas, visando atrair o público de fora da universidade para o seu interior. Essa mudança reflete, para além da questão interna do museu, como uma abertura de temas ao público, que começa a se sentir mais próximos à instituição. Peninha acaba trazendo novas exposições, pesquisas e acervo (muitos deles, por meio de doações), deixando uma variedade de acervo.

Conforme Labrador (2010, p. 58),

O investimento profissional e financeiro para que isto ocorresse denota um distanciamento do objetivo inicial proposto por Santos, Cabral e Piazza quando da fundação do IA. O ensino e, principalmente, a pesquisa de Antropologia e Arqueologia começavam a se distanciar deste espaço.[...]

O distanciamento também ocorria por conta das burocracias nos departamentos e da nova estrutura da universidade. Em outro trecho de Labrador, a fala de Luiz Carlos Halfpap (1998) acentua,

Partia-se do princípio de que era preciso reunir os professores. De certa maneira, nós aqui no Museu, na época [década de setenta], gozávamos de uma certa autonomia, mas esta relativa autonomia não era bem vista, até porque a própria Reforma Universitária e seus estatutos e normas retiravam a possibilidade de professores continuarem a exercer atividades aqui no Museu. (*apud*, Labrador, 2010, p. 59)

Contudo, pesquisas que envolviam a etnologia indígena ainda estavam presentes – conforme afirmação da entrevistada 1, do qual foi estagiária na etnologia indígena do museu em 1997 – por meio das lutas a demarcação territorial, salvação arqueológica, que envolvia pesquisadores antropólogos e arqueólogos. Promovendo pesquisas na área de antropologia em Santa Catarina.

Desde o seu início no Instituto de Antropologia, e posteriormente como parte integrante do Departamento de Sociologia, os estudos e pesquisas no campo da Antropologia representaram significativa importância no diálogo com as comunidades indígenas de todo o estado. Os professores ligados à Antropologia da UFSC proporcionaram visibilidade às comunidades indígenas, atuando na defesa de seus interesses perante o poder estadual. (Neckel; Kuchler, 2010, p. 267 *apud* Guimarães, 2016, p. 84)

A despeito do relativo distanciamento entre professores de antropologia e o MARquE, ainda havia pesquisadores usando o espaço da instituição para realizar suas pesquisas antropológicas, junto a outras disciplinas. Nesta mesma década de 1970, surge a pós-graduação em antropologia na UFSC, pesquisadores como Maria José Reis, Alroino

³¹ Ao total foram feitas oito entrevistas sendo, três técnicos com vínculos ao MARquE, quatro docentes de antropologia desse e um docente de história. Entre os entrevistados, três são homens e cinco são mulheres.

Eble³² e Silvio Coelho dos Santos se vinculam à pós-graduação, crescendo a visibilidade da antropologia. A nova convivência dos pesquisadores nos departamentos da pós-graduação, criando relações com outros professores e assumindo uma perspectiva mais interdisciplinar nas propostas de trabalho. Enquanto o museu, em sua estrutura interna, volta-se mais para os técnicos e não professores, mesmo os técnicos estarem ligados a parte burocráticas, eles também desenvolvem pesquisas, porém com pouca visibilidade.

Durante a pós-graduação, novas vertentes de estudos foram aceitas para ingresso enquanto Santos foi coordenador. A entrevistada 4, comenta que ao entrar no PPGAS/UFSC, esbarra no leque de temas sendo inseridos no programa, que ela mesma não trabalharia, voltado para a etnologia indígena, encorajada pelo próprio coordenador a seguir sua linha de pesquisa, o chamando de “visionário”. Na pós-graduação, a antropologia volta-se para sala de aulas, titulação, programas de especialização, se afastando das pesquisas feitas no museu. A entrevistada 4 também lembra que os antropólogos “pareciam perdidos” com a nova estrutura, os novos pesquisadores envolvidos no PPGAS/UFSC começam a criar seus próprios caminhos de pesquisa por conta autonomia nas pesquisas das universidades federais.

Essa separação foi chamada de “separação estrutural” pela entrevistada 5. Segundo ela, houve uma tentativa de manter a organização, certa dinâmica³³ entre os diretores do museu, o que não duraria por muito tempo. Com essa “separação estrutural”, reduz-se as pesquisas no MARquE, pois os técnicos não podiam assinar projetos sozinho, precisam sempre de um professor, para a iniciativa e busca de bolsas³⁴. Aqui, fica clara a falta de autonomia dos técnicos do museu. A entrevistada 1 reforça esse ponto quando comenta que atualmente os servidores do museu não podem coordenar projeto de extensão, havendo necessidade de assinatura por um docente, mesmo que este não acompanhe o desenvolvimento da atividade.

O envolvimento do MARquE com os indígenas dá continuidade e desenvolvimento a relações que já existiam desde a criação do IA, com assuntos voltados a direitos constitucionais e demarcação de terra³⁵, entre outros. Nesse período, a UFSC aprofundou o seu comprometimento com as populações indígenas. Santos abriu portas para essa pesquisa na época que estava envolvido no museu.

Logo após a minha primeira etapa de pesquisa junto aos Xokleng (Ibirama-SC) [1963], cerca de vinte índios vieram à Universidade para reivindicar a expulsão de

³² Esses pesquisadores estão vinculados à arqueologia durante o funcionamento do IA, após as mudanças de nomenclatura e novos regimes, acabando se voltando às salas de aulas com ênfase em antropologia. Pesquisas arqueológicas nesse período ficaram inexistentes por um período, não sendo encontrado registro dessas. (Labrador, 2010, p. 65)

³³ Segundo a entrevistada 5, a dinâmica que ela comenta é de manter no cargo um “rodízio” de professores, na direção do museu universitário, para variação e abranger mais pesquisas.

³⁴ Essa burocracia acontece até os dias atuais. Quando iniciei a estágio no MARquE, também foi preciso a assinatura de um docente da graduação para confirmação da bolsa.

³⁵ O envolvimento do museu com os povos indígenas do sul ocorrem desde as primeiras pesquisas feitas na instituição, sendo a instituição uma exceção quando comparadas a outras localidades. E que esse convívio foi sendo criado ao passar dos anos, reforçando conexões entre a instituição e os povos indígenas.

colonos que haviam invadido suas terras. Essa visita teve momentos de tensão em relação ao que eu poderia fazer naquela emergência. Felizmente, com o apoio do mestre Cabral e do reitor Ferreira Lima, o governador Celso Ramos abriu espaço em sua agenda para receber os índios e tomou medidas imediatas para coibir o esbulho que estava em vias de se concretizar. A partir daí, a UFSC passou a ser confiável para os Xokleng. Depois, também os Kaingang e os Guarani passaram a frequentar com regularidade nossa instituição em busca de apoio e visibilidade. (Santos, 2006, p. 65)

Segundo a pesquisa de Russi (2022, p. 21, quadro 3), o MARquE conta com pelo menos um participante indígena em suas atividades — formação e documentação de acervo, exposições, produtos, ação educativa, acesso à coleção —, além de estar envolvido com outras atividades interdisciplinares voltadas aos indígenas, como o curso de Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica (LII). Analisando o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) da LII de 2020, são evidentes as participações do MARquE e do Departamento de Antropologia desde a primeira turma em 2011 da LII. O museu atuou ofertando projetos paralelos e o departamento de Antropologia com disciplinas para o curso, para alcance e expansão da LII.

Atualmente a LII conta com professores de diversos departamentos, tornando-o um “saúdável exercício interdepartamental” (PCC-LII, 2015, p. 2). A Licenciatura Indígena conta, no seu quadro de Colegiado, com seis integrantes do Departamento de Antropologia e dois integrantes do MARquE, entre outros departamentos e representantes. Com forte presença no museu e atuação para a maior presença e participação indígena no MARquE e na Licenciatura Indígena, Maria Dorothea Post Darella, mais conhecida como Doro, é funcionária aposentada (1986 a 2019) do Museu. Suas pesquisas têm ênfase em etnologia indígena, atuando em diversas frentes de estudos, mobilização e reivindicação indígenas. Participação na luta pelos direitos constitucionais indígenas, como as demarcações de terras, a criação e oferta de cursos para os povos indígenas e para professores de escola pública e privada.

Entre os docentes do departamento de antropologia envolvidos³⁶ com a Licenciatura Indígena, destaco nomes de Rafael Victorino Devos e Maria Eugenia Dominguez, que também estiveram ligados ao Museu no quadro do Conselho Deliberativo (Portaria n.º 1037/2021/Gr, De 7 De Julho De 2021). Devos como representante coordenador na Divisão de Pesquisas, e Dominguez como representante de docentes do curso de antropologia. O corpo técnico no quadro de profissionais do Museu conta com 01 antropólogo, 01 museólogo, 01 historiador, 01 arqueólogo, 02 pedagogos, 01 restaurador/conservador, 02 técnicos administrativos (Plano Museológico, 2016-2021). Essa estrutura decorre e baseia-se nas trocas e experiências que podem ocorrer entre técnicos e estagiários dos departamentos do Centro de Filosofia e Humanas/UFSC (CFH).

³⁶ Outros nomes de docentes aparecem também, eles são: Edviges Marta Ioris, Antonella Maria Imperatriz Tassinari, Evelyn Martina Schuler Zea, José Antônio Kelly Luciani, Juliana Salles Machado, entre outros.

Para que essas trocas ocorressem para além do mundo acadêmico, em 2012, houve a inauguração de um novo prédio anexo ao Museu, nomeado Pavilhão de Exposições/MARqueE/UFSC. Este novo espaço visa criar uma nova comunicação sobre os acervos e ações com o grande público (Plano Museológico Marque, 2016–2021). O novo espaço é utilizado para curtas exposições, com iniciativas acadêmicas abertas para o público geral. No mesmo ano de inauguração do pavilhão, é realizada uma exposição que até hoje é marcante na história do museu e da antropologia, a exposição “Ticuna em dois Tempos”.

Tal exposição contou com o acervo que o MARqueE dispõe, resultante das pesquisas que o pesquisador Sílvio Coelho dos Santos realizou em 1962, durante sua especialização no Museu Nacional. Coelho coletara objetos e registrara em imagens para que fossem utilizadas para material didático e pesquisas (Guimarães, 2016). Junto à parceria com o Museu Amazônico (MA/UFAM), a pesquisa teve como característica um olhar plural da arte dos Ticuna, com um movimento colaborativo entre dois museus. Enquanto a MA/UFAM, com seu acervo, que pertencia ao artista plástico Jair Jacqmont, que adquiriu no dia a dia vivendo com os Ticuna, em 1989. Sendo duas coleções com diferença de 27 anos entre elas.

“Ticuna em dois tempos” teve como foco um olhar distante atemporal dos artefatos. Buscou-se a construção de narrativas que aproximam, duas coleções distintas, mas pertencentes ao mesmo povo. De um lado, o olhar de um pesquisador antropólogo e, do outro, um olhar artístico. Durante o período de exposição, a parceria entre os dois museus, deu a oportunidade para os Ticuna rever e até mesmo conhecer os objetos que estavam a 4.300 quilômetros de distância deles. A exposição contou com processo de registros fotográficos e vídeos, cruzando informações de campo.

No levantamento da pesquisa de Guimarães (2016), encontrou-se cerca de 372 exposições³⁷, sendo 68 (18%) com a temática etnologia indígena. Outra exposição que quero destacar, é a “Ver Peixe — Ritmos e Panoramas na Pesca da Tainha”. Pesquisa realizada por três pesquisadores/professores docentes do departamento de Antropologia/UFSC, ela resultou em exposição no MARqueE, entre outubro e novembro de 2014 (Exposições do marque, p. 02)³⁸.

A exposição foi realizada no novo pavilhão, no intuito de divulgar o trabalho artesanal da pesca da tainha em Florianópolis(SC), após a seleção via edital. Buscando uma nova perspectiva de apresentar a pesquisa realizada e o saber dos pescadores, mostrando através das imagens panorâmicas impressas em lonas grandes. Explorando novas percepções etnográficas para uma maior compreensão do público sobre a visão panorâmica que os vigias precisam ter para identificar os cardumes. Segundo um dos pesquisadores, essa nova proposta, extrapola os métodos usuais de pesquisa, já que os pescadores não conseguiam

³⁷ Levantamos exposições temporárias, itinerantes, visitantes, de longa duração e exposições que utilizaram o acervo do MARqueE-UFSC (Guimarães, 2014, p.149–209) /Nota da pesquisadora

³⁸ Publicação das aberturas das exposições estão disponíveis no site do MARqueE

<<https://museu.ufsc.br/category/exposicoes-do-marque/page/2/>>Acessado em 29/02/2024

transmitir seu conhecimento convencionalmente, dado que eles apreendem por atenção. Tornando mais compreendida, durante a exposição, a técnica do olhar panorâmico que os vigias têm durante a busca dos cardumes de tainha.

A pesquisa também se tornou um documentário, que teve menção honrosa no prêmio Pierre Verger;

Nas praias do sul do Brasil, os vigias procuram os sinais da presença dos cardumes de tainhas. Estimam a espécie e a quantidade de peixes, a direção e a velocidade em que seguem. Orientam os movimentos com a canoa e a rede, para encontrar com as tainhas. Não basta enxergar bem. Ver peixe é desvendar o ambiente: perceber a temperatura do ar e da água, a tonalidade do mar, a direção e a intensidade dos ventos e das correntes marinhas, os movimentos dos peixes e o relevo da praia. Atentos aos modos das tainhas se mostrarem, aprendemos a ver peixe, com os pescadores da canoa Saragaço. (Documentário Ver Peixe, PPGAS/UFSC, 2018)

Essa exposição, assim como as demais anterior e posteriormente, mostra que as novas conjunturas estão se adaptando às novas vertentes. É interessante pensar que exposições como essas estão criando mais conexões com o público, aproximando não só o mundo acadêmico. Os novos movimentos, estão fazendo exposições que se conectam com o público. Diferente do início deste capítulo, as exposições que eram “pré-conceitos” estão sendo substituídas por um ambiente de troca de informações.

CONCLUSÃO

O presente trabalho visou compreender as relações que a disciplina de Antropologia tem com os Museus a partir das experiências que têm se dado na Universidade Federal de Santa Catarina. Foi possível identificar momentos em que ambos estavam mais ligadas por pesquisas, e outros mais distantes. A partir desses pontos, conseguimos identificar os motivos que levam à atual relação.

É a partir de novos pensamentos e fundamentos que há um distanciamento estrutural acadêmico. As pesquisas antropológicas estavam crescendo e com isso novos temas surgem, na maioria, os museus não tinham estruturação, havendo necessidade de novos espaços para estudos. Com os novos temas de pesquisa no Brasil, a antropologia voltou o olhar para os nativos em sua totalidade, popularizando nacionalmente os estudos sociais, deixando de lado pesquisas de orientação evolucionista dominantes até então no país.

Um breve panorama histórico nos traz vários pontos de reflexão sobre as relações e ajustes da disciplina e das instituições. A compreensão humana, o convívio social e cultural, o reconhecimento da diversidade no país começaram a ser mais presentes nos debates e nas novas pesquisas. Abriu-se assim novamente, o caminho para ambos, Antropologia e Museu, trabalharem com os atuais temas. Na estrutura anterior, as pesquisas limitavam-se a classificar e objetificar aquilo que era considerado equivocadamente “primitivo”.

Esse distanciamento não foi o bastante para um distanciamento total. Pesquisas continuaram a surgir nos museus. Por volta de 1980, voltaram a se (re)conectar para um auto estudo da antropologia e uma revisão interna nos museus. O uso dos acervos construídos anteriormente serviam para os atuais temas, como fonte de pesquisas, com novos pontos de estudos, ampliando a funcionalidade dos acervos.

Novos relacionamentos são feitos, com base nas novas vertentes, criando um laço entre pesquisadores e pesquisados. Uma reestruturação completa em muitos locais, um novo conjunto de ações, atividades e perspectivas, reforçando a “zona de contato” entre eles. Observa-se que, quando em contato novamente, sob as novas visões, novos laços são feitos. Há um novo movimento das partes, que se complementam. E esses novos espaços vão para além de produções acadêmicas, ganhando novos significados e funções, que fazem articulação com o grande público.

Observa-se um movimento parecido com a história da Antropologia/UFSC e o MARquE/UFSC. Mostrando que a história local, teve seus processos institucionais que levaram a uma quebra da estrutura proposta inicialmente, enquanto IA. Inicialmente, os projetos estavam ligados ao IA para pesquisas preventivas e acadêmicas. Com as reformas ocorridas em âmbito acadêmico, os pesquisadores se viram obrigados a se deslocar na universidade, para os departamentos.

Pode-se considerar esse momento como um ponto de partida para o distanciamento que ocorre ao longo dos anos. Com a autonomia das pesquisas e novas vertentes de estudos se estabilizando na Antropologia/UFSC, pesquisas que envolviam o MARquE estavam ficando de lado, tendo como área temática principal a etnologia indígena, enquanto nos departamentos novos temas afloraram. Além disso, após a mudança de nomenclatura para Museu, novas funções foram criadas, gerando mais um distanciamento entre técnicos e pesquisadores-docentes.

Com os novos pensamentos, e o interesse de olhar o passado e usar como base para uma releitura do que foi feito, as duas disciplinas na UFSC tendem a se (re)unir para interesses em comum, como uma só força. Nas últimas décadas, pesquisas recentes nos mostram haver um novo interesse em trabalhar em conjunto. Observa-se que, em muitas falas, durante a pesquisa, há um distanciamento burocrático, mesmo com novos projetos que as liguem, mesmo com aqueles que são sensíveis à causa.

O relevante a se destacar aqui é a questão de estruturação que percorre na instituição. Ambas, dentro da UFSC, iniciaram juntas, mas depois foram separadas pelas reformas universitárias, tendo dificuldades hoje para manter uma relação equilibrada e saudável. Pensar o museu para além de exposições e sim como um campo das pesquisas antropológicas a partir do acervo, e manter uma relação de mão dupla, criando uma articulação entre os envolvidos.

Percebe que ainda há receios e falta de movimentos e iniciativas, seria que essa falta atrapalha na geração de novas pesquisas e visibilidades ao MARquE? Para encerrar, haveria espaços para novos movimentos conjuntos? Esses movimentos recomeçariam uma aproximação promissora? Finalizo com uma frase reflexiva dita em entrevista: “Se você não tem uma questão estrutural que organize de tal forma, que isso seja possível, acaba tendo uma separação”.

ANEXO

Imagem 01



Instituto de Antropologia — Finais da década de 1960

As primeiras instalações do IA que hoje conhecemos como MARquE. A estrutura ainda se encontra presente em funcionamento.

Foto disponível em: < <https://museu.ufsc.br/memoria/> >

Acessada em: 11 maio. 2023

Imagem 02

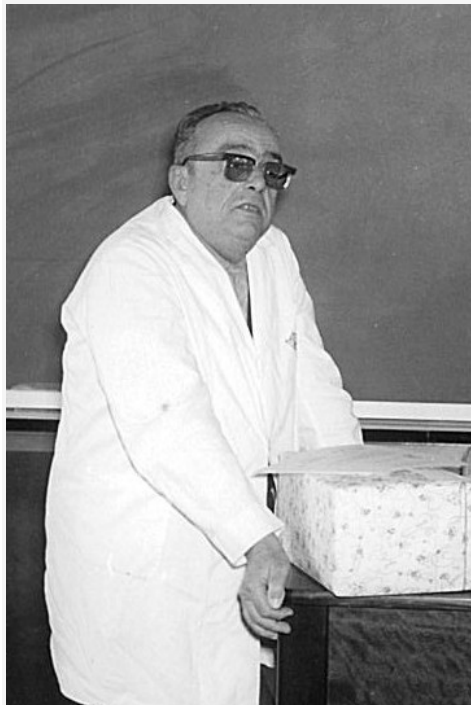


Equipe IA inicial

Arqueólogo Pe. João Alfredo Rohr; Prof. Cabral e Prof. Paulo Duarte com equipe do Museu. Em frente à primeira instalação do IA.

Foto retirada do: < <https://museu.ufsc.br/memoria/>>
acessado em 11/05/2021

Imagem 03



Oswaldo Cabral Rodrigues (1903–1978)

Na foto temos Oswaldo Cabral Rodrigues, encostado em uma mesa. Cabral foi uma das figuras mais importantes para a criação do IA, atualmente MARquE.

Acessada em: 11 maio. 2023

Foto retirada do :
<<https://museu.ufsc.br/evento-comemora-os-110-anos-de-nascimento-de-oswaldo-rodrigues-cabral/>>

Imagem 04

Foto: Jair Quint/Agecom/UFSC (fonte: notícias UFSC)

Na foto observamos a primeira instalação do MARquE em tom amarelado. Ao fundo, em cores branco e azul, o novo prédio, chamado de Pavilhão de Exposições Antropólogo Sílvio Coelho dos Santos, inaugurado em 2012.

Foto retirada do :
<<https://noticias.ufsc.br/2019/05/oswaldo-rodrigues-cabral-silvio-coelho-dos-santos-e-walter-piazza-pioneiros-do-museu-da-UFSC/>>

Acessada em: 11 maio. 2023

REFERÊNCIAS

- BALBACHEVSKY, E.. **A pós-graduação no Brasil: novos desafios para uma política bem-sucedida.** In: Colin Brock e Simon Schwartzman. (Org.). Os desafios da educação no Brasil. 1ed.Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2005, v. 1, p. 285-314.
- BARBOSA, I. OLIVEIRA, A. **Oswaldo Rodrigues Cabral E A Formação Da Antropologia Em Santa Catarina.** In: *Áltera – Revista de Antropologia*, João Pessoa, v. 1, n. 6, p. 37-54, jan. / jun. 2018
- BOAS, F. **Antropologia cultural** / Franz Boas; textos selecionados, apresentação e tradução, Celso Castro (Org.). - 2.ed. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004 . - (Antropologia social)
- CHAGAS, M. S. **Museu, museologia e pensamento social brasileiro.** Cadernos do CEOM (UNOESC), v. 21, p. 13-43, 2005.
- CLIFFORD, J. **Museus como zonas de contato.** Trad. Alexandre Barbosa de Souza, Valquíria Prates. Periódico Permanente n. 6, 2016.
- COELHO, R. C. **A ciência do Museu Magüta: espaço não formal de ensino e aprendizagem em ciências** / Rayciane Campos Coelho, Radamés Gonçalves de Lemos. – Guarujá-SP: Científica Digital, 2023. Acessado em: 31 jan 2024. Disponível em: <https://downloads.editoracientifica.com.br/books/978-65-5360-372-1.pdf>
- DIAS, N. “**A antropologia e Museu: Que tipo de diálogos?**” In, *Museus, coleções e patrimônios : narrativas polifônicas I* Regina Abreu, Mário de Souza Chagas, Myrian Sepúlveda dos Santos (organizadores). - Rio de Janeiro: Garamond, MinC IPHAN/DEMU, 2007.
- ELIAS, M. J. “**Reverendo o nascimento dos museus no Brasil**” In; *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, S. Paulo, 2:139-145, 1992.
museus, coleções e patrimônios : narrativas polifônicas I Regina Abreu, Mário de Souza Chagas, Myrian Sepúlveda dos Santos [organizadores). - Rio de Janeiro: Garamond, MinC IPHAN/DEMU, 2007. P. 126-137 ; 138-178
- FARIAS, S. M. **Antropologia e Museus – Reciprocidades: O caso do Museu do Índio.** 183f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2008. Belo Horizonte. Plataforma Sucupira.
- FREITAS, P de.. **Como se faz um historiador. O lugar de Oswaldo Rodrigues Cabral na historiografia catarinense.** *Revista Santa Catarina em História*, v. 6, n. 2, 2012.

Fundo Faculdade Catarinense de Filosofia Catálogo. Acessado em: 28 fev. 2024.

Disponível em

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/240436/Cat%C3%A1logo%20Faculdade%20Catarinense%20de%20Filosofia.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

GASPAR, M. D. "**História da construção da arqueologia histórica brasileira.**" Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia 13 (2003): 269-301.

GONÇALVES, J. R. S. **Antropologia dos Objetos: coleções, museus e patrimônios.** 1. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007. Teorias antropológicas e objetos materiais

GONÇALVES, J. R. S. **Antropologia dos objetos: Coleções, Museus e Patrimônios.** BIB, (60): 2005, p. 5-25.

GONDIM, L. S. **Um Mar De Conchas No Museu: O Caso Do Sítio Rio Do Meio Salvaguardado No Museu De Arqueologia E Etnologia Professor Oswaldo Rodrigues Cabral - Marque/Ufsc.** TCC em Museologia na UFSC. Orientador Profª Mª Luciane Silveira. Florianópolis, 2017. p. 53-57

GUIMARÃES, V. W.. **A participação indígena no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal de Santa Catarina.** Direitos indígenas no museu–Novos procedimentos para uma nova política: a gestão de acervos em discussão, p. 83-98, 2016.

LABRADOR, B. R. S. **O declínio das atividades relacionadas à arqueologia na universidade federal de santa catarina.** TCC em História/UFSC. Orientador João Klug. Florianópolis, 2010.

MOTTA, A.; OLIVEIRA, L. **Políticas da cultura na cena pública: patrimônio, museus e o direito à diferença.** Dezembro, 2018 In: A antropologia e a esfera pública no Brasil Perspectivas e Prospectivas sobre a Associação Brasileira de Antropologia no seu 60º Aniversário (pp.467-492) Publisher: E-Papers; Aba publicações

MOTTA, A., & TAMASO, I.. **Interconectividades: antropologia & museus, um campo em movimento.** (2021) BIB - Revista Brasileira De Informação Bibliográfica Em Ciências Sociais, (94). Recuperado de <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/522>

OLIVEIRA, A. **O ensino de Ciência Sociais na Faculdade Catarinense de Filosofia Ciências Sociais Unisinos** 54(1):117-125, janeiro/abril 2018 Unisinos - doi: 10.4013/csu.2018.54.1.11

OLIVEIRA, J. P. D. (Org.), & SANTOS, R. D. C. M (Org.). **De acervos coloniais aos museus indígenas: formas de protagonismo e de construção da ilusão museal.** 2019, João Pessoa: Editora da UFPB.

Plano Museológico Museu de Arqueologia e Etnologia Professor Oswaldo Rodrigues Cabral 2016 – 2021. Acessado em: 01 fev. 2024 Disponível em:
<https://museu.paginas.ufsc.br/files/2016/03/Plano-Museol%C3%B3gico-do-MARquE.pdf>

Portaria N° 1037/2021/Gr, De 7 De Julho De 2021, Conselho Deliberativo. Acessado em 30 set. 2023. Disponível em:
<https://museu.ufsc.br/files/2016/03/Portaria-Conselho-Deliberativo-do-Museu.pdf>

PRICE, S. “**Objetos de Arte e Artefatos Etnográficos**” In: Arte Primitiva em Centros Civilizados. Editora UFRJ, 2000, p?

Projeto Pedagógico, Criação de Curso de Graduação Bacharelado em Antropologia/UFSC - Acessado 01 fev 2024 Disponível em :
<https://antropologia.paginas.ufsc.br/files/2010/10/Projeto-Curso-Antropologia-2009.pdf> -

Projeto Político Pedagógico Do Curso Licenciatura Intercultural Indígena Do Sul Da Mata Atlântica (Guarani, Kaingang E Laklãnõ-Xokleng) - Acessado 30 set de 2023 Disponível em :
<https://licenciaturaindigena.paginas.ufsc.br/files/2022/02/PPP-Licenciatura-Intercultural-Ind%C3%ADgena-UFSC-2016.pdf> -

REIS, L. B. **Arqueologia em Florianópolis: uma síntese histórica.** IN: **Florianópolis Arqueológica.** BUENO, L. M. R. (Org.) ; REIS, L. B. (Org.). 1. ed. Florianópolis: EDUFSC, 2021. 521p. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/978-65-5805-023-0>

ROCA, A. **Acerca Dos Processos De Indigenização Dos Museus: Uma Análise Comparativa.** Mana, v. 21, n. 1, p. 123–156, abr. 2015. Acessado em: 30 nov 2023. Disponível em : < <https://doi.org/10.1590/0104-93132015v21n1p123> >

ROCHA, G.; TOSTA, S. P. **O campo, o museu e a escola: antropologia e pedagogia em Franz Boas.** Horizontes Antropológicos, v. 23, n. 49, p. 61–88, set. 2017.

RUBIM, C. DE R. **Os programas de pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Universidade de Brasília, Universidade de São Paulo e Universidade Estadual de Campinas.** Horizontes Antropológicos, v. 3, n. 7, p. 97–128, nov. 1997.
<https://doi.org/10.1590/S0104-71831997000300007>

RUSSI, A.. **Nas fronteiras dos museus: processos museológicos colaborativos com povos indígenas em museus com acervos etnográficos no Brasil.** Hawò, 3. 2022.

RUSSI, A., & ABREU, R. “Museologia colaborativa”: diferentes processos nas relações entre antropólogos, coleções etnográficas e povos indígenas. 2019 Horizontes antropológicos, 25, 17-46.

SANTOS, S. C. dos. **Entrevista cedida a Rogério F. Guerra. Revista de Ciências Humanas.** Florianópolis: EDUFSC, nº 39. Abril de 2006a. p.18.

SANTOS, S. C DOS. **A Antropologia em Santa Catarina**. In: COELHO DOS SANTOS, Silvio (Org.). *Memória da Antropologia no Sul do Brasil*. Florianópolis: EDUFSC/ABA, 2006b, p. 17-77.

SCHEMES, E. F. **Oswaldo Cabral na “Terra da Liberdade”**: relato de uma viagem na vigência da política de boa vizinhança. 2013, p. 134. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado)–Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis.

SCHWARCZ, L. 1988 L. **O nascimento dos museus brasileiros 187-1910**. In: Miceli, S. (org) *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo, IDESP, vol. 1.

SETIC-UFSC. **Década de 1960**. Acesso em: 29 fev. 2024. Disponível em: <<https://60anos.ufsc.br/decada-de-1960/>>.

SETIC-UFSC. **INCT BRASIL PLURAL**. Acessado em: 01 fev. 2024. Disponível em: <<https://brasilplural.paginas.ufsc.br/2014/11/06/exposicao-ver-o-peixe-no-marqueufsc/>>.

SETIC-UFSC. **Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – Mestrado / Doutorado / Pós-Doutorado**. Acessado: 01 fev. 2024 Disponível em: <<https://ppgas.posgrad.ufsc.br/2018/12/19/documentario-ver-peixe-mencao-honrosa-no-premio-pierre-verger/>>.

TEIXEIRA, S. **Nova Museologia: aspectos históricos e características**. (2022). *Revista Cadernos do Ceom*, 35(56), 87-97.

VIDAL, L. B. **O museu dos povos indígenas do oiapoque-kuahí1 Gestão do Patrimônio Cultural pelos Poyos Indígenas do Oiapoque, Amapá**. (2008). *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia. Suplemento*, 109-115.